



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO CURSO
DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

BRUNO HENRIQUE NUNES DA SILVA

**“SANTARÉM ACIMA DE TUDO”: O PROCESSO DE CASSAÇÃO DO PREFEITO
ELIAS PINTO E DO VICE - PREFEITO JOAQUIM DE OLIVEIRA MARTINS
(1966 -1968)**

**SANTARÉM/PA
2025**

BRUNO HENRIQUE NUNES DA SILVA

**“SANTARÉM ACIMA DE TUDO”: O PROCESSO DE CASSAÇÃO DO PREFEITO
ELIAS PINTO E DO VICE - PREFEITO JOAQUIM DE OLIVEIRA MARTINS
(1966 -1968)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em História, para a obtenção do grau de Licenciado em História. Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Instituto de Ciências da Educação (ICED).
Orientador (a): Prof. Dr. Felipe Tavares de Moraes

**SANTARÉM/PA
2025**

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP) SISTEMA
INTEGRADO DE BIBLIOTECAS – SIBI/UFOPA**

- S586 Silva, Bruno Henrique Nunes da
“Santarém acima de tudo”: o processo de cassação do prefeito Elias Pinto e do vice-prefeito Joaquim de Oliveira Martins (1966-1968)./ Bruno Henrique Nunes da Silva. – Santarém, 2025.
60 p.: il.
Inclui bibliografias.
- Orientador: Felipe Tavares de Moraes.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Licenciatura em História.
1. Cassação. 2. Ditadura Civil-Militar. 3. Elias Ribeiro Pinto. I. Moraes, Felipe Tavares de, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 981.063098115

BRUNO HENRIQUE NUNES DA SILVA

**“SANTARÉM ACIMA DE TUDO”: O PROCESSO DE CASSAÇÃO DO PREFEITO
ELIAS PINTO E DO VICE - PREFEITO JOAQUIM DE OLIVEIRA MARTINS
(1966 -1968)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em História,
para a obtenção do grau de Licenciado em História.
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Instituto de Ciências da Educação
(ICED).
Orientador (a): Prof. Dr. Felipe Tavares de Moraes

Conceito: 10

Data da aprovação: 25/07/2025

**Prof. Dr. Felipe Tavares de Moraes - Orientador Universidade
Federal do Oeste do Pará (UFOPA)**

**Prof. Dr. Diego Marinho de Gois - Membro interno Universidade
Federal do Oeste do Pará (UFOPA)**

SANTARÉM



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, na cidade de Santarém, do Estado do Pará, reuniu-se de forma presencial no Laboratório de História, no Campus Rondon, a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido por Bruno Henrique Nunes da Silva, matrícula 2021001012, intitulado "SANTARÉM ACIMA DE TUDO": O PROCESSO DE CASSAÇÃO DO PREFEITO ELIAS PINTO E DO VICE-PREFEITO JOAQUIM DE OLIVEIRA MARTINS (1966 -1968), sob orientação do Prof. Dr. Felipe Tavares de Moraes, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A banca examinadora foi composta pelo presidente, o docente orientador citado, e pelo seguinte membro docente: Prof. Dr. Diego Marinho de Gois (UFOPA). Após a defesa e análise do TCC, considerando a qualidade deste trabalho, a banca deferiu pela (X) aprovação / () reprovação do TCC, atribuindo ao mesmo a nota 10,0. Fica acordado que a referida nota 10,0 está condicionada à entrega da versão final do trabalho, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a partir desta data, e a mesma nota está condicionada a contemplar as observações da banca examinadora. Proclamados os resultados pelo presidente da banca, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu Felipe Tavares de Moraes lavrei a presente ata, que será assinada pela autor e membros da banca examinadora.

Autor: Bruno Henrique Nunes da Silva

Bruno Henrique Nunes da Silva

Orientador: Prof. Dr. Felipe Tavares de Moraes (UFOPA)

Felipe Tavares de Moraes

Examinador: Prof. Dr. Diego Marinho de Gois (UFOPA)

Diego Marinho de Gois

Aos meus pais, pelo zelo e afeto.
Em memória daqueles (as) que tiveram suas vidas vilipendiadas,
invadidas e ceifadas pela Ditadura Civil-Militar brasileira.

AGRADECIMENTOS

À fé que os meus pais me ensinaram a ter. Sem ela, não conseguiria chegar a lugar algum.

À UFOPA, por possibilitar o ensino superior de qualidade no interior da Amazônia. Agradeço imensamente a minha mãe, Laucivane Brazão, por tão estimado zelo, amor e carinho. Ao meu pai, Glauber Lira, por sempre me direcionar e ter afeto.

Agradeço grandemente ao meu orientador, professor Felipe Tavares, sem o qual, este trabalho não seria concluído, e pelo nobre exercício da escuta nos momentos em que me vi sem direção na escrita e pesquisa deste trabalho.

Aos meus avós paternos, Maria Dalva e João Gomes (*in memoriam*), à minha avó materna Antônia Mary Brazão (*in memoriam*), sem os quais, jamais conseguiria enxergar o mundo de outra forma.

Às minhas tias-amigas, Laudiceia Brazão, Jucicleia Brazão e M^a da Conceição Amazonas, obrigado por todas as conversas descontraídas e por sempre apostarem em mim. Sem isto, seria uma pessoa fadada ao desânimo.

Às minhas primas Jéssica Brazão, Priscila Félix e Darliane Nunes por todos os auxílios, obrigado pelos incentivos e por toda doçura.

Ao meu tio Raimundo Nonato Amazonas (*in memoriam*), por sempre me acolher e me fazer bem.

Aos meus tios, tias e primos (as).

À minha pete Nina por todos os ‘lambeijos’ e companheirismo como uma fiel escudeira desde os tempos do pré-vestibular.

À minha amiga e ex-professora Cláudia Laurido Figueira, meus agradecimentos. Sem esta, jamais teria escolhido o curso de História.

Às minhas amigas Flávia Jordana, Orlenice Braga e Raimunda Castro. Obrigado por todo o companheirismo ao longo desta graduação.

À minha amiga Ana Carolina Leão, por todos os debates valiosos. À minha amiga Maiane Gomes, por sempre falarmos das belezas dos interiores da Amazônia.

Ao casal de amigos, Jonielson e Diana por compartilharmos ideias valiosas e pelas caronas à universidade.

Às minhas amigas Emily Maria e Mariete Santos, obrigado por todas as conversas saudáveis e felizes.

Às minhas amigas Kathleen Karina Batista e Nicolle Evans por comporem juntamente comigo, no Centro Acadêmico do Curso de Licenciatura em História (CACLIO), a coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), sem as quais, não saberia a importância de trabalhar em conjunto. E também às queridas Thais Nascimento e Fernanda Karoline Melo pela tão estimada coordenação geral do CACLIO (2023 - 2024) e pelas muitas conversas sobre pesquisa e ensino.

Às professoras, Luana Guedes, por toda humanidade; Wânia Alexandrino, por sentir de perto o que também atinge o seu alunado; Isabel Teresa Creão, carinhosamente chamada pela nossa turma de 'profa. Bel', por me direcionar a primeira leitura para este trabalho; Eveline Almeida, carinhosamente chamada pela nossa turma de 'profa. Eva', por apontamentos essenciais no projeto deste trabalho e por nos suscitar criticidades e análises possíveis. A elas, meus cumprimentos!

Ao professor Diego Marinho de Gois, por sempre nos indagar a respeito do ensino de História na realidade amazônica e por nos suscitar à inquietação no ensino.

Ao Instituto Cultural Boanerges Sena (ICBS), pelo acesso às fontes jornalísticas e pela organização e disponibilidade do acervo.

História pra ninar gente grande - Deivid Domênico, Tomaz Miranda, Mama, Marcio Bola
Ronie Oliveira e Danilo
Firmino

Brasil, meu nego
Deixa eu te contar
A história que a história não conta O avesso
do mesmo lugar
Na luta é que a gente se encontra

Brasil, meu denço A
mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500
Tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato

Brasil, o teu nome é Dandara
Tua cara é de cariri Não
veio do céu
Nem das mãos de Isabel A
liberdade é um dragão no mar de Aracati

Salve os caboclos de julho
Quem foi de aço nos anos de chumbo
Brasil, chegou a vez
De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês

Mangueira, tira a poeira dos porões
Ô, abre alas pros teus heróis de barracões
Dos Brasis que se faz um país de Lecis, jamelões
São verde - e - rosa as multidões

RESUMO

A cassação de Elias Ribeiro Pinto e Joaquim Martins foi um dos muitos acontecimentos políticos em Santarém que reverberam até os dias atuais. Assim, a partir do Jornal de Santarém e do inquérito policial, busca - se neste trabalho analisar tal fato político a partir dessas fontes. Contudo, há de se pensar neste trabalho também a participação de políticos nos partidos MDB e da ARENA, a fim de problematizar as proporções que os mesmos tomavam. Logo, a partir das análises feitas pelas fontes documentais, constata - se que a influência da ARENA no município e a sua interferência na política, foi de maneira ímpar para colocar a cidade na lista dos municípios de Área da Segurança Nacional. Assim, este acontecimento foi fruto da política do bipartidarismo implantada a partir de 1965, que como consequência, a cidade também foi alvo das arbitrariedades da Ditadura Civil - Militar. Ademais, como culminância da cassação dos gestores citados, ocorreu em 1968 um fato que chocaria ainda mais a política santarena na tentativa de empossar novamente a chapa deposta. Neste acontecimento, pessoas foram alvejadas pela polícia militar do estado. Fato que culminou para que o município tivesse, a partir de tais fatos, prefeitos indicados e não eleitos para o município, podendo tal ação voltar somente em 1985, com a redemocratização.

Palavras-chave: Cassação; Ditadura Civil-Militar; Elias Ribeiro Pinto.

ABSTRACT

The impeachment of Elias Ribeiro Pinto and Joaquim Martins was one of many political events in Santarém that resonate to this day. Thus, based on the *Jornal de Santarém* newspaper and the police investigation, this work seeks to analyze this political event based on these sources. However, this work must also consider the participation of politicians in the MDB and ARENA parties in order to problematize their scale. Therefore, based on the analysis of documentary sources, it is clear that ARENA's influence in the municipality and its interference in politics were unique in placing the city on the list of municipalities in a National Security Area. Thus, this event was a result of the bipartisanship policy implemented after 1965, which, as a consequence, also targeted the arbitrary actions of the Civil-Military Dictatorship. Furthermore, as a culmination of the impeachment of the aforementioned officials, an event occurred in 1968 that would further shock Santarém's political establishment in the attempt to reinstate the ousted slate. In this incident, people were shot by the state military police. This resulted in the municipality having, from that moment onward, appointed rather than elected mayors, a move that would only be resumed in 1985, with the return of democracy.

Keywords: Impeachment; Civil-Military Dictatorship; Elias Ribeiro Pinto.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Propaganda política da chapa Ubaldo Corrêa/Paulo Rodrigues.	36
Figura 2 - Propostas e compromissos da chapa Ubaldo Corrêa/Paulo Rodrigues ao eleitorado santareno.	36
Figura 3 - Nota no Jornal de Santarém sobre o plantio de algodão em Mojuí.	44
Figura 4 - Figura 4: Propaganda de cunho religioso e político no Jornal de Santarém sobre a cassação de Elias Pinto.	46

LISTA DE SIGLAS

AI – 1	Ato institucional número 1
AI – 2	Ato institucional número 2
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
IPM	Inquérito Policial Militar
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
UDN	União Democrática Nacional
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	A DINÂMICA POLÍTICA DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: a imposição do bipartidarismo.	17
2.1	A decretação do AI-2: a construção do sistema bipartidário.	18
2.2	A “disputa” política entre ARENA e MDB: a política de cartas marcadas.....	23
2.3	O papel da imprensa no jogo político bipartidário: a participação da sociedade civil.....	28
3	O BIPARTIDARISMO DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM SANTARÉM: a cassação de Elias Pinto e Joaquim Martins.	31
3.1	A cassação de Elias Pinto na perspectiva do Jornal de Santarém.	31
3.2	A cassação de Elias Pinto na perspectiva do inquérito policial.....	49
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
	REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

A Ditadura Civil-Militar brasileira atingiu muitos, senão todos os setores da sociedade. Como um acontecimento começando estritamente pelos meios políticos, os poderes nacionais, o autoritarismo que ora se instalara no Brasil em 31 de março de 1964, traria inúmeras circunstâncias ao país a partir de então.¹

Em Santarém, isto não foi diferente, portanto, este trabalho se debruça sobre o caso da cassação de Elias Pinto Ribeiro e Joaquim de Oliveira Martins, que a partir da política bipartidária, implantada em 1965, e como consequência disto, os mesmos tiveram seus mandatos cassados em 28 de novembro de 1967 (Barbosa, 2019), em decorrências de acusações criminosas aos mesmos por crime de responsabilidade nas contas da prefeitura municipal.

Logo, este trabalho tem o seu início a partir de uma das muitas conversas com o senhor João Gomes da Silva Filho, meu avô e grande narrador do passado. Infelizmente, o mesmo faleceu no ano de 2023, onde não pode ser feita entrevista sobre o caso que por ele era muito citado. Contudo, a partir de direcionamentos do orientador, outros meios de análises a mim foram direcionados e suscitados, proporcionando a realização deste estudo.

Contudo, a partir da análise documental e bibliográfica, como metodologia para o mesmo, encontraram-se tais problemáticas: Como *o Jornal de Santarém* se posicionou a respeito da candidatura e eleição de Elias Ribeiro Pinto enquanto candidato eleito pelo MDB? Como a ARENA estava articulada com *o Jornal de Santarém*, um dos principais meios de divulgação, e qual era a sua maneira de expressão frente aos acontecimentos e acusações a Elias Pinto? Em que medida os partidos ARENA e MDB divergiram sobre os conflitos e interesses políticos em Santarém?

Assim, a partir das análises feitas nos documentos, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a dinâmica política bipartidária da Ditadura Civil-Militar a partir da cassação do prefeito Elias Pinto e do vice-prefeito Joaquim de Oliveira Martins (1966-

¹ Para este trabalho, foi utilizado o termo Ditadura Civil-Militar em todo o corpo do trabalho, contudo, há especificações a serem dialogadas nesta nota de rodapé. De acordo com Motta (2021), o golpe instituído em 1964 foi um golpe civil-militar, mas o mesmo afirma que a Ditadura foi apenas militar. Decerto, concorda-se com o mesmo, logo, para este estudo, utilizou-se, a fim de corroborar com o mesmo e com outros autores, o termo Ditadura Civil-Militar ao longo de todo o trabalho. Bem como como para fins de nomenclatura que outros autores também abordam versões diferentes, mas que os sentidos não se tornam opostos. Indica-se alguma bibliografia. Ver: PETIT, Pere. O Golpe Militar - Civil e o partido dos militares (Arena) no estado do Pará. *Historiæ*, Rio Grande, 2014, 179-226.

Ver: BATISTELLA, Alessandro. A ditadura militar e o bipartidarismo: casuísmos e um simulacro de democracia. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO* (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 39, Jul-Dez, 2021.

1968). Os objetivos específicos destacam-se principalmente: identificar o posicionamento político partidário a partir do periódico *O Jornal de Santarém*; apontar o cenário político em Santarém no período da Ditadura Civil-Militar, de 1966 a 1968, que levou à cassação de Elias Pinto e Joaquim Martins; verificar como a cassação foi resultado das disputas políticas entre Arena e MDB em Santarém a partir do bipartidarismo.

Para tanto, Fonseca (2023) pontua que *O Jornal de Santarém*, fundado em 1932, teve a sua trajetória marcada pelo envolvimento político na cidade, tendo o mesmo posicionamento políticos convictos desde a sua fundação. Assim, inicialmente teve grande apoio do Partido Social Democrático (PSD), e sob a influência desta sigla partidária, a partir da década de 1960 com a renúncia de Jânio Quadros em 1962, e com os prelúdios do golpe, haviam nomes de grande influência nas páginas do jornal e de relevância política em Santarém, dentre os quais o engenheiro Ubaldo Corrêa que outrora já havia ocupado uma cadeira no legislativo santareno. Este debate está discutido estritamente no segundo capítulo deste trabalho.

Assim, o presente trabalho está dividido em dois capítulos, onde no primeiro, tem o objetivo de compreender a dinâmica política da Ditadura Civil-Militar no Brasil a partir da imposição do bipartidarismo em 1965. Sendo o mesmo dividido em três tópicos: A decretação do AI-2: a construção do sistema bipartidário; A “disputa” política entre ARENA e MDB: a política de cartas marcadas; O papel da imprensa no jogo político bipartidário: a participação da sociedade civil.

Então, este primeiro capítulo se debruça sobre tais dinâmicas na Ditadura Civil - Militar, onde, de maneira geral, faz-se um apanhado com base nas bibliografias consultadas para o debate.

No segundo e último capítulo, onde se analisa especificamente as fontes documentais em consonâncias com as bibliografias analisadas, tem-se a discussão sobre o bipartidarismo da Ditadura Civil-Militar em Santarém: a cassação de Elias Pinto e Joaquim Martins. Este, como título do segundo capítulo, objetiva a análise do objeto desta pesquisa - a cassação de Elias Pinto e Joaquim Martins - de maneira a suscitar historicamente a análise de tal fato.

O segundo capítulo está subdividido em: A cassação de Elias Pinto na perspectiva do *Jornal de Santarém* e A cassação de Elias Pinto na perspectiva do inquérito policial. Contudo, este trabalho faz abordagens que se complementam a partir das fontes citadas - o *Jornal de Santarém* e o Inquérito policial - tendo como um dos primeiros direcionamentos a linguagem política do jornal em evidência, e pelo inquérito, a perspectiva

do acontecimento no dia 20 de setembro de 1968, na tentativa de reintegração da posse do prefeito cassado.

Logo, ainda nesta introdução, apresentar-se-á a ata de reunião do conselho de segurança nacional. Neste documento, o prefeito Elias Pinto juntamente com o seu vice, são apresentados como “agitadores” e são colocados como ponto de referência para o comportamento considerado subversivo. Logo, os mesmos são descritos que tentarem à força serem empossados aos seus antigos cargos no dia 20 de setembro de 1968. Dando assim, o inquérito policial a partir deste fato.

Logo, o inquérito policial e a ata de reunião se complementam com as edições do *Jornal de Santarém* que foram analisadas, frente às problemáticas e objetivos traçados para este trabalho. Assim, para este, no contexto autoritário vivido, o discurso político e partidário à situação do país se sobressai de maneira demasiada a partir das análises das fontes.

Decerto que o governo de exceção implantado no país em 1964, corroborou em muito com as políticas de intervencionismo em várias escalas, principalmente estadual e municipal. Assim, sendo estas asseguradas pelos atos institucionais, dando legalidade às intervenções federais nas cidades e estados do Brasil. A critério de constatação, o AI - 05, um dos principais atos institucionais implantados no Brasil, legaliza, em 1968, o intervencionismo, como já mencionado.

Santarém, no ano seguinte à implementação do AI-05, sofreria a sua intervenção federal por inúmeros fatores. Um desse fatores é o assassinato do vereador- prefeito, que após a deposição de Elias Ribeiro Pinto, teria sido assassinado pelo senhor Severino Frazão, em 1969.

Ademais, na fala do general-presidente, Costa e Silva, o mesmo se compatibiliza em relação aos acontecimentos na cidade, tendo em vista, claro que com os seus partidários, a intervenção federal de Santarém (Ata de reunião, p. 100):

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Este homem está afastado da Prefeitura de Santarém e é um elemento perturbador. Eu até com respeito a Santarém estou inclinado a transformá-lo em município de Segurança Nacional. Lá o contrabando do ouro é muito sério. Não há maneira de ser evitado. Só fazendo uma intervenção federal. Subornam todo o mundo. Agora o interventor que está, é um Capitão que parece moralizou um pouco [...].

No que parece a data da reunião, Santarém é apresentada enquanto uma cidade periculosa, quer seja na política, ou em outras maneiras de viver, como no caso do garimpo, citado pelo presidente-general. Como o interventor mencionado é um capitão militar da reserva, Elmano de Moura Melo se torna o primeiro interventor da cidade após tais casos citados anteriormente. Dando início a uma série de interventores que são indicados à gestão do município em discussão.

Contudo, este trabalho se posiciona de maneira crítica à Ditadura Civil- Militar brasileira a fim de que tal acontecimento nunca mais possa ser repetido na sociedade brasileira e santarena. Que este sirva como protesto aos crimes cometidos pela política dos militares nas instituições públicas do Brasil de maneira combativa.

2 A DINÂMICA POLÍTICA DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: a imposição do bipartidarismo.

Este capítulo tem como finalidade a demonstração dos meandros da Ditadura Civil Militar instaurada no Brasil (1964 - 1985), e como consequência, inúmeras instabilidades causadas pelos militares e políticos que cooperaram com tais medidas. Assim, este capítulo visa, de maneira abrangente, discutir a imposição do sistema bipartidário no Brasil (1965 - 1982). Esta lógica imposta a partir dos ideais autoritários, visava promover o governo que ora estaria no poder, fazendo com que houvesse e fosse perpetuada a lógica autoritária sobre as políticas e a população.

A partir disso, a arbitragem política no Brasil seria em grande escala amparada, propagada, defendida e promovida por inúmeros setores (civil, militar e político - no caso as instâncias políticas superiores no Brasil: legislativo, executivo e judiciário) que deram palco ao regime político instaurado.

No primeiro subtópico deste, tratar-se-á, ainda nos primórdios da Ditadura, a decretação do ato institucional de número 2, o AI - 02, que versará sobre a implementação do sistema bipartidário no país. Como causa e consequência, a criação de um partido que fosse da situação, como é o caso da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), e um partido que fosse considerado de oposição, mesmo que fraco, dúbio e fragmentado, o MDB (Movimento democrático Brasileiro) entrava em cena, assim como o anterior, aglutinado outros partidos que foram extintos com a implementação do AI - 02.

Logo em seguida, a segunda parte deste capítulo tratará sobre os conflitos políticos entre os partidos ARENA e MDB, como um dos principais palcos do jogo político de cartas marcadas, considerado assim por conta da dinâmica do período estudado. Assim,

será abordado de maneira crítica o perfil do político atuante sob a égide do bipartidarismo, tendo em vista a sua ligação a um dos partidos, e sob as constantes estratégias e boicotes na política brasileira. De modo que, os políticos deste período, de acordo com a bibliografia utilizada, tinham um perfil, corroborando assim, de maneira acentuada aos interesses políticos do governo.

No último subtópico, será problematizado o papel da imprensa brasileira a partir do contexto vivido e o papel da sociedade civil, ambos, de maneira indissociada com os seus interesses políticos e sociais. O que instiga o fato de a imprensa brasileira se manifestar e prestar determinados apoios, leva-nos a inúmeras reflexões e indagações sobre o seu papel nesta empreitada.

O próprio fato de como a imprensa se posicionou e o seu produto - como no caso os jornais, principalmente, e programas de rádios - circulava pelo país e pelas regiões mais longínquas dos grandes centros, fizera com que o grande público tomasse lado e ao longo do tempo se configurasse a partir das vivências no próprio país². Logo, o poder midiático, cooptado pela política, fez com que o jogo de cartas marcadas, neste cenário, fosse mais ainda engajado na maneira de atingir o seu público a partir de interesses político - ideológicos.

2.1 A DECRETAÇÃO DO AI-2: A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA BIPARTIDÁRIO.

A partir do golpe militar instituído em 1964, o Brasil passaria por um processo de legitimação da Ditadura Empresarial Civil Militar³, da tomada dos poderes por militares, fazendo com que houvesse a publicação de atos institucionais que tivessem peso acima da Constituição à época - no caso, a última Constituição vigente antes da ditadura militar havia sido promulgada em 1946 - que de acordo com Torres (2019), era de uma “estranha natureza jurídica”. Como maneira de rechaçar ainda mais o país e os opositores, que ainda havia resquício do governo do presidente deposto - João Goulart -, a ditadura se valia dos atos institucionais que no decorrer do processo de violência e intransigência do estado, todo e

² Ver: ROCHA, Flávia Ferreira da Silva. A imprensa e a construção do discurso da Ditadura Civil Militar brasileira de 1964: Um estudo sistêmico-funcional, 2018. Tese (doutorado) - Curso de doutorado em letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2018.

³ A partir do ano de 1964 foi instaurada a Ditadura Civil Militar no Brasil por meio de um golpe de Estado onde foi deposto o presidente João Goulart, eleito democraticamente em 1961 juntamente com Jânio Quadros, assumindo a presidência da República após a renúncia deste último. Durante a Ditadura Civil Militar, o poder ficou concentrado na mão das forças armadas (exército, marinha e aeronáutica), onde passaram a controlar direitos políticos, reprimir pessoas, cassar mandatos de parlamentares e suspender a democracia. Além disso, a Ditadura Civil Militar teve grande apoio de parte da população que considerou legítima as suas políticas.

qualquer posicionamento e medida eram pautados nos atos institucionais publicados, embora a constituição de 1946 estivesse vigente até 1967, quando de fato foi substituída pelo texto constitucional em contexto autoritário.

De acordo com Batistella (2021), a partir da publicação do primeiro ato institucional, o AI-1, em 1964, que aposentou servidores públicos, exonerou, transferiu até mesmo militares para a reserva, isso tudo ocorreu por meio da “operação limpeza” que visava a “libertação”, a retirada do governo aqueles que estavam alinhados ao presidente deposto João Goulart. Ou seja, a extinção de um inimigo interno, no caso da ditadura este inimigo seriam os comunistas, e/ou pessoas ligadas à esquerda. A partir disso, pode-se colocar em junção a essa lógica de inimigo interno que se assegura no caráter ditatorial da Doutrina de Segurança Nacional, que culpabilizava aquele que era considerado subversivo, sedicioso ou perigoso, comprometendo a “revolução”.

Além disso, inúmeras outras estratégias da ditadura militar, no governo do presidente Castelo Branco, colocaram em vigor para a validação do que havia sido implantado. Tendo sempre como alvo a permanência do autoritarismo que estava, a partir da implantação, tomando vagarosamente os espaços. O próprio AI-1 é exemplo disso, portanto, a decretação da extinção dos demais partidos seria posteriormente validada pelo AI-2, fato este que marca profundamente a ditadura civil-militar de maneira que, permitia o fechamento do congresso nacional, eleições indiretas, suspensão de direitos políticos, cassações e intervenções a nível nacional, estadual e municipal. O que também deu autonomia para os generais-presidentes escolhessem os governadores dos estados, o que por consequência, os governadores poderiam escolher os prefeitos de cidades (Batistella, 2021).

A implantação do AI-2 vinha mais uma vez dar espaços à ditadura, que ainda vinha se consolidando de maneira oficial. Praticamente, os militares estavam em todo o território nacional construindo um cerco nas assembleias legislativas, nas câmaras municipais e nas prefeituras. Não que estivessem propriamente nesses lugares, mas haviam representantes dos partidos, principalmente da ARENA por serem maioria e por estarem na situação política em vantagem. Não obstante disso, começaria pelo próprio sistema de bipartidarismo que entraria em vigor em 27 de outubro de 1965. Como aponta Batistella (2021, p. 264).

[...] a alternativa adotada foi a criação de um novo sistema partidário, com dois ou, no máximo, três partidos políticos. No entanto, as exigências legais,

na prática, possibilitaram a criação de apenas dois partidos, dando início ao bipartidarismo, cujo objetivo era a criação de um forte partido de apoio parlamentar ao governo e de um fraco partido oposicionista. Desse modo, foram gestados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A validação dos partidos políticos criados a partir de então no Brasil, iria ao longo da experiência ditatorial militar, segundo o autor, validar apenas um desses partidos, e este foi o ARENA. O partido da Aliança Renovadora Nacional reunia os partidos extintos a partir de então, e congregava em sua maioria os partidos de direita e que estavam alinhados aos interesses do governo. Já o MDB, ao longo da experiência política vigente, mesmo que ainda muito fragmentado e “apesar das divergências político- ideológicas, o único ponto consensual, responsável pela união efetiva dos parlamentares oposicionistas em torno do MDB, foi a defesa do Estado de direito, ou seja, o retorno da democracia” (Batistella, 2021, p. 264).

O MDB, a partir da experiência política instaurada em 1964, recebeu inúmeras críticas por não ter o seu posicionamento combativo frente à ditadura. Posicionamento este que vai sendo construído a partir da instituição do sistema bipartidário e das próprias investidas autoritárias políticas ao longo dos anos da ditadura. À época, de acordo com Batistella (2021), surgiu uma sátira de que o MDB era o partido do “sim”, enquanto o ARENA era o partido do “sim senhor”, ou seja, os dois partidos cediam ao que era imposto pela ditadura, só que o ARENA servia com mais “empenho”. A investida da construção do bipartidarismo se deu desde o primeiro ato institucional, como já pontuado, que já havia tido cassações de mandatos, o objetivo era o fortalecimento do governo militar. Pode-se analisar a partir das legislações da época o endurecimento dessas legislações a respeito de restrições constitucionais legais.

A ordem institucional da ditadura era também a solidificação da máquina pública, com base na doutrina de Segurança Nacional⁴. Com isto, todas as sanções impostas pelo modelo de governo tinham essa característica como algum tipo de causa ou consequência; de causa, como quem diz que quer proteger; de consequência, como quem está fazendo algo de errado que possa comprometer a estabilidade institucional daquele modelo autoritário de gestão, ainda assim, sendo punido por tal ação. A culpabilidade da

⁴ A doutrina de Segurança Nacional se baseava em conter o avanço daqueles que eram considerados inimigos do Estado brasileiro, genericamente associados ao comunismo e à esquerda. Também considerava que havia um “inimigo interno”, até que se provasse o contrário perante os meios judiciais legais que na Ditadura Militar estavam imbuídos pela ideologia autoritária e repressiva

sociedade em governos de caráter autoritário, coloca em evidência, de acordo com Torres (2019), que todo mundo é culpado, até que seja provado o contrário – criando-se um ambiente paranoia e terror institucional.

Estrategicamente foi evitado um modelo político público que fosse constituído apenas de um único partido que representasse o governo, assim, criando e dando manutenção e reafirmando o caráter distorcido da situação política, no caso, autoritária. Contudo, “tanto em regimes democráticos quanto ditatoriais, o autoritarismo estaria presente na cultura política nacional, porém sob o manto dos preceitos democrático-liberais” (Soares; Tauil; Colombo; 2016, p. 14). Assim, a tentativa a todo custo de validação e legalização de uma “fachada de democracia” colocava cada vez mais a democracia-liberal em vertigem, quer seja pelo modelo político vigente, quer ser pelas tomadas de decisões autoritária, quer seja pela ocupação dos espaços onde as legislações eram criadas.

Contudo, a ditadura militar não foi tão exitosa a partir dos fins da década de 1960, como já mencionado, as eleições posteriores começariam a ser com mais embates, visto que, haveria a incorporação dos militares que defendiam o autoritarismo do estado brasileiro de maneira expressiva. Neste contexto, a “linha dura”⁵ da ditadura estava ainda que de maneira velada, como já citado, trabalhando para ocupar os lugares políticos e sociais (no caso social, a população tinha fortemente investidas para a perpetuação de que o que estava ocorrendo no meio político era correto) reafirmando de maneira camuflada o seu caráter “democrático”. O que alavancou o grande apoio da população civil foram os meios de divulgação, principalmente a rádio e os jornais, que eram em grande escala os apoiadores da ditadura, contudo haviam jornais comprometidos com a democracia e criticavam de maneira ferrenha o governo.

De acordo com Chirio (2010), a “linha dura” que se manteve primeiramente no governo de Castello Branco sendo crítica ao governo, de maneira que era um grupo político composto de militares e civis que defendiam a manutenção da ditadura, mas de maneira a intensificar as suas ações a partir da década de 1970, no governo de Emílio Médici.

⁵ A “linha dura” da Ditadura Militar foi um movimento liderado por militares que primeiramente criticou o governo de Castello Branco querendo que de maneira veemente fosse muito mais punitivo e repressivo, adotando medidas drásticas - visto que, desde 1964, com o golpe, muitas violências já vinham acontecendo no país - e repressor a partir das medidas que são comumente associadas às ditaduras e governos autoritários. No entanto, a “linha dura” enquanto uma facção organizada passou a ter especificamente este caráter após duras críticas iniciais no governo de Castello Branco; tendências repressivas, autoritárias e a violência estatal (Chirio, 2010). Já os moderados, tinham caracteres semelhantes aos que pertenciam à “linha dura”, portanto, com a Ditadura ganhando cada vez mais espaço a partir do primeiro general presidente, os espaços de tomadas de decisão foram sendo ocupados nesta medida. Logo, os moderados eram aqueles que estavam sendo cooptados pelo acirramento repressivo e autoritário do golpe implantado em 1964.

Ainda na década do golpe, dentro do próprio sistema militar que de maneira orquestrada encabeçou a ditadura - fato este irrefutável pelos presidentes eleitos de maneira indireta de 1964 a 1985 -, vale colocar em evidência que os que estavam em postos e cargos elevados e tomavam as decisões eram militares de altas patentes, como generais, coronéis, majores e tenentes-coronéis (Chirio, 2010). Assim, as leis também eram vistas e construídas a partir do ponto de vista dos militares que de maneira muito direta tinham influência sobre as legislações, sobremaneira os atos institucionais.

O MDB, a partir de 1965 com a junção de todos os partidos que a partir daquele momento estariam sob um modelo de reorganização jurídica, via como maneira de regresso à democracia com a unificação das lutas e forças, embora houvesse inúmeros descontentamentos dentro da própria junção partidária. De acordo com Freire (2014), o próprio governo militar não tinha interesse nos moldes partidários anteriores à ditadura, mas também não tinha um modelo próprio de partidos políticos. Logo, também não tinha interesse em um sistema unipartidário. De acordo com Batistella (2021), os militares queriam governar a partir de seus ideais políticos considerados “corretos” sobremaneira, contudo, não queriam colocar em evidência o seu caráter autoritário e coercitivo que estava em vigor nas mais variadas instâncias do país. Deste modo, a preferência dos militares por um modelo bipartidário, que demonstrasse uma democracia camuflada, “um simulacro de democracia”.

As legislações que a ditadura militar se baseava em detrimento de sua governança, o que impedia algumas organizações políticas, os partidos que deixaram de existir após o AI-2, como os partidos comunistas e as pessoas que tinham os seus direitos políticos suspensos. Logo, a partir do que Freire (2014, p. 293) pontua como “institucionalização autoritária”, a ditadura ora baseava os seus posicionamentos e tomadas de decisões baseados na Constituição de 1946, ora na Constituição de 1967. Contudo, essas manipulações com a legislação vigente, primeiramente no governo de Castello Branco e posteriormente no de Costa e Silva, vinham de maneira determinante para o fortalecimento do autoritarismo da ditadura militar.

Assim, o significado e a importância do AI-2 para a ditadura militar foram decisivos para a permanência dos militares no poder e a continuidade das práticas autoritárias a partir das sanções políticas impostas com as legislações vigentes. Ou seja, de maneira antidemocrática, mas sob esse preceito, o bipartidarismo que levaria o Brasil a uma série de situações políticas consideradas legais - visto que, não somente os próprios atos institucionais pautavam a legalidade dos partidos existentes, mas a própria retificação desses atos, ou a publicação de novos atos complementares.

Assim, no tópico seguinte abordar-se-á as “disputas” entre os principais partidos que tiveram importância visceral na política da Ditadura Civil - Militar, em como a ARENA agia de maneira a ser considerada legítima e legal enquanto fazia várias sanções de leis, decretos, intervenções federais em municípios e estados.

2.2 A “DISPUTA” POLÍTICA ENTRE ARENA E MDB: A POLÍTICA DE CARTAS MARCADAS.

A partir do que já foi exposto anteriormente em relação à decretação do AI - 02, em 1965, as continuidades e a manutenção da Ditadura Civil-Militar no Brasil prosseguiram nos anos em que a maioria dos espaços estavam sob a égide do militarismo. Dentre as múltiplas formas que a máquina pública esteve imbuída sob o autoritarismo, os próprios partidos foram ganhando novas formas de fazer política no país e a sua própria atuação em diferentes âmbitos.

Um dos muitos pontos importantes para tratarmos dessas disputas políticas entre os principais partidos, está a profissionalização dos próprios políticos. Como direcionamentos para analisarmos e compreendermos esses perfis políticos - e de antemão, a disputa entre os partidos do bipartidarismo -, colocar-se-á adiante algumas perguntas em relação à profissão política: qual era o perfil deste político? Qual o partido político de maior relevância? Qual o impacto da sua candidatura numa possível eleição? Partindo destes direcionamentos, foi utilizado o artigo de Bringhenti (2022), que versa sobre a análise do perfil político durante os anos que se sucederam o bipartidarismo (1965-1982).

Portanto, essa “política de cartas marcadas” no período que o bipartidarismo estava em vigor, foi de importância ímpar para que analisemos tais proposições e o significado do que é essa “política de cartas marcadas”. Assim, a própria maneira como os militares articulavam a política a partir de decretos leis (os atos institucionais e os atos complementares, este último, criado para dar validade e certeza dos atos institucionais) e a própria perseguição, coloca, a partir das fontes, a maneira em como o jogo político foi perfazendo os seus caminhos, e sobretudo, os seus contatos.

De acordo com Bringhenti (2022), neste período, especificamente na década de 1970⁶, há a formação de uma elite política no cenário brasileiro. Portanto, este perfil político corroborou especialmente com o partido da ARENA para a manutenção e perpetuação do regime de exceção política no poder. Assim, a partir de 1964, com o golpe, este espaço

⁶ A partir da década de 1970 há o endurecimento das políticas repressivas autoritárias, com a consolidação do que ficou conhecido como “linha dura”. Portanto, tal termo foi utilizado para designar, principalmente, aqueles oficiais militares que impunham primeiramente este modelo de repressão ainda em meados do golpe, no período em que esteve à frente da presidência o general Humberto Castello Branco.

político - principalmente ocupado por senadores, deputados federais e estaduais, assim como vereadores nas câmaras municipais - teve, de maneira presente e em grande parte políticos que não eram voltados ou não eram militares, contudo, isto mudou a partir dos anos de 1970.

Primeiramente, para analisarmos essa conjuntura dos perfis políticos, há de se pensar: de quais políticos estamos analisando? Qual o cargo deste/es político?

No entanto, primeiramente pensa-se o seguinte: por que ainda na década de 1960, logo após o golpe, não havia sido criada, ou até mesmo considerada, uma elite política no país? Para tanto, ainda após o golpe, já estavam em vigor várias organizações militares que acabaram por ser também consideradas uma elite, só que com caracteres específicos da sua própria organização. Para este trabalho, pensa-se outros critérios para ser considerada uma elite, como por exemplo: formação, cor e sexo.

Assim, mostra-se como, principalmente, os deputados federais se posicionaram frente e perante o período autoritário. A partir deste ponto, a carreira dos deputados federais, em especial, ganha, neste período, grande notoriedade por serem estes os que votam para presidente. Como é sabido, as eleições para presidente foram modificadas para que deputados e senadores pudessem “escolher” o presidente de maneira indireta, sem a participação popular.

De antemão, pensa-se a maneira, também, de como políticos de menor alcance territorial, como prefeitos, vereadores, e até mesmo deputados estaduais atuaram no período de exceção política no Brasil. As suas próprias imposições nos níveis locais e nas instituições de seu alcance, como por exemplo, no estado do Pará, as grandes invertidas contra os estudantes universitários da UFPA - oriundas tanto do governo local, quanto do governo federal, também, por ser uma instituição pública federal -, as cassações e aposentadorias compulsórias de docentes, assassinatos de estudantes e entre outras barreiras impostas pela Ditadura Civil Militar no estado (Petit, 2014).

O perfil principal dos deputados federais são: homens, brancos, em sua maioria diplomados, com cursos de graduação e que a partir da sua formação acadêmica e sua profissionalização ascenderam no ambiente político de exceção, principalmente por conta dos muitos privilégios aos políticos da arena (Bringhenti, 2022, p.11).

Embora a categoria de político profissional esteja relacionada diretamente com a democracia, a peculiaridade da história política brasileira — que contou com 21 anos de autoritarismo ao mesmo tempo em que manteve espaços e ferramentas democráticas — proporcionou a continuidade das atividades

políticas, garantindo que diferentes indivíduos pudessem atuar de forma profissional na política, percorrendo cargos e posições institucionais para assegurar a manutenção da carreira.

Portanto, Bringhenti (2022), aponta que a política foi e é um espaço privilegiado, o que aponta que este espaço da carreira política, é vantajoso, quer para os que estejam na situação ou não. Assim, cabe, a partir dessa análise proposta pela autora, enfatizarmos que naquele momento tinha-se um parlamento masculino, branco e elitista. Não que a mulher não tenha chegado a esses espaços, contudo, a política civil-militar instaurada no Brasil em 1964, cunhou ainda mais na sociedade brasileira o “papel da mulher submisso e subjugado ao homem”. Particularmente, os sistemas autoritários impostos no mundo, tiveram essa característica machista e segregacionista.

Assim, a partir dessa elitização política, os partidos políticos no Brasil, em especial o MDB, sofreu ainda mais por conta das recorrentes cassações de políticos filiados à essa sigla. Assim, em níveis estadual e local, os partidos que ora se tornaram extintos para formar uma nova sigla⁷, enfrentaram inúmeros problemas de aliança, principalmente em âmbito local e estadual (Batistella, 2020).

Logo, essa política considerada de “cartas marcadas”, após 1968, fez com que a profissionalização política - daqueles pertencentes ao MDB e ARENA - fosse muito mais restrita. Com a imposição do AI-5, a ferramenta de manipulação política fez com que houvesse características específicas do perfil deste político, colocando-o assim como alvo ou não.

Assim, a política brasileira sofreu inúmeras alterações sempre com o intuito da continuidade da profissionalização política (quer seja da situação, para a permanência do autoritarismo, quer seja para o caráter disfarçado de democracia). Assim, há de ser evidenciado, também, o desejo pela própria manutenção da Ditadura e a consolidação dos militares no poder para “garantir a atividade política em meio ao ambiente de incerteza para aqueles que escolhiam a profissão política” (Bringhenti, 2022, p. 05).

⁷ Neste contexto, especificamente a partir de 1965, com a introdução do bipartidarismo, a política segregacionista e autoritária se acirrou com a criação de uma nova sigla política, o MDB. Logo, esta sigla comportou não somente partidos que tinham algo em comum, mas também partidos que discordavam de determinadas opiniões que uma maioria ou minoria defendia. Assim, também, como aponta Batistella (2021), que em lugares de maior público votante, como nos grandes centros, com o passar dos anos o autoritarismo no Brasil foi perdendo forças. Nesses locais, o MDB ganhava muita notoriedade por conta do escancaramento da política segregacionista da situação - principalmente a partir da década de 1970. Assim, nos lugares menores, em cidades pequenas, a ARENA tinha muito destaque, onde também muitas oligarquias tinham influência, o que corroborava ainda mais para fortalecer o partido.

Como já discutido anteriormente, a própria decretação do AI-02 colocaria em evidência um certo entrave no governo do general-presidente Humberto Castello Branco, por conta do não acirramento das políticas repressivas e autoritária de maneira consolidada, o que, de acordo com Chirio (2010), a punição daqueles que eram considerados subversivos deveria ser muito mais evidente. Coloquemos em destaque que, desde a implantação da “Revolução de 1964” e com o primeiro ato institucional, o governo dos militares já praticava inúmeros crimes, de maneira geral, um deles foi a própria suspensão da democracia e de seus aparatos legais - pode-se colocar o próprio AI- 01.

Logo, a criação de uma “base parlamentar sólida” iria fazer com que o governo tivesse ainda mais autonomia e espaços para a perpetuação de suas práticas, o que também não foi uma articulação simples, “[...] organizar o grande partido governista revelou-se uma difícil tarefa, uma vez que era necessário aglutinar em uma mesma organização partidária grupos heterogêneos de diferentes tendências políticas, oriundos dos extintos partidos” (Batistella, 2020, p. 195).

O que também entra em contraste em se tratando da ARENA, como uma sigla forte e representativa - dos seus próprios interesses e do governo autoritário -, mas que de maneira consolidada, ganhou forças por aglutinar partidos políticos que já tinham grande relevância parlamentar, principalmente na câmara dos deputados. Políticos e partidos estes, o MDB e a ARENA, que eram oriundos do PSD (Partido Social Democrático) e da UDN (União Democrática Nacional), deram, assim, a “oficialidade” da política de caráter excessivo no país, de maneira performática (Batistella, 2020).

Estrategicamente, a junção de partidos dentro do que apontamos como “jogo de cartas marcadas” no período ditatorial, para Batistella (2020), isto é considerado como maneira e estratégia de sobrevivência política, sendo que, também o MDB, assim como a ARENA, teve como junção política alguns partidos, como já apontado no subtópico anterior. Como por exemplo, o MDB comportou em sua maioria políticos do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), a partir disso, grande parte de seus aliados defendiam o retorno da democracia.

Não distante da realidade que este trabalho se debruça adiante, por um dos objetos de estudos ser a política na cidade de Santarém na década de 1960, a política de cartas marcadas na Ditadura Civil Militar tem algo em comum com muitas realidade - claro que cabe a problematização do que considera-se comum neste processo -, a própria configuração da formação desses partidos, “[...] seja por afinidade ideológica, seja por conveniência política” (Batistella, 2020, p. 204), principalmente quando se trata da ARENA.

Logo, estes contratemplos políticos que são coisas comuns neste jogo, ficaram estranhamente acirrado por ser em tempos totalmente controversos, por conta de inúmeros fatores consideremos comuns e contraditórios ao mesmo tempo, como por exemplo o próprio bipartidarismo, as alianças políticas nas mais variadas dimensões e nos espaços onde oficialmente a política e a ditadura, ou a política do autoritarismo, estavam incrustadas.

Assim, a partir da instalação do governo de exceção no país “[...] As mazelas da política durante o regime militar não se devem às boas intenções do golpe de 1964, desagradável, mas necessário, que por sinal contou com amplo apoio civil e liberal” (Napolitano, 2014, p. 208). Corrobora-se ao que já foi exposto anteriormente, que, o próprio saudosismo à Ditadura Civil Militar no Brasil persiste até os dias atuais, como por exemplo, a volta da Ditadura⁸, intervenção militar⁹ e entre outros saudosismos políticos que são frutos desta época, mas que ficaram acentuados devido ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, único presidente militar após o período democrático.

O que acentua isto, quando este assunto é abordado, principalmente a partir de governos e políticas de caráter autoritário, é quando esses sentimentos são reinterpretados e rememorados, causando uma espécie de querer de volta o que já foi vivido por certa parcela da população, até mesmo por pessoas que nem sequer chegaram a viver nos tempos de exceção política no Brasil.

Com isto, nos tempos do bipartidarismo, agia de maneira legitimadora a ARENA, partido este que dava reverberação e validade ao caráter autoritário no país, fazendo com que a sua popularidade aumentasse entre a sociedade - não distante disso, o próprio apoio ao golpe por esta parcela civil.

No entanto, colocamos em discussão o próprio apoio civil ao golpe de 1964, como é apresentado segundo Napolitano (2014), quando se trata desses absurdos, para os dias atuais, mas que, como fato de seu tempo, foi considerado correto e necessário. O que segundo o mesmo autor, também, coloca um caráter redentor a partir de 1964, enquanto um sentimento de patriotismo e civismo exacerbado a partir do que era divulgado segundo os ideais do governo, e suas políticas, fazendo promoção disso e do partido da situação.

⁸ Ver: G1. Mourão diz que pedidos de volta da Ditadura em atos pró - governo são 'liberdade de expressão'. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/05/02/mourao-diz-que-pedidos-de-volta-da-ditadura-em-atos-pro-governo-sao-liberdade-de-expressao.ghtml>. Acesso em: 04 jul. 2025.

⁹ Ver: G1. Bolsonaroistas se reuniram em atos antidemocráticos em 24 estados e no DF. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/11/02/atos-bolsonaristas-quarteis-brasil.ghtml>. Acesso em 04 jul. 2025.

Assim, no subtópico seguinte, será discutido o papel da imprensa no jogo político no Brasil e o papel civil em apoio e/ou repulsa a este processo que durou 21 anos de extrema polarização política, econômica e social no país. E também, a própria organização da sociedade neste contexto, enquanto a que estava submersa no processo de vivências, crenças e problemas a partir das políticas impostas em 1964.

2.3 O PAPEL DA IMPRENSA NO JOGO POLÍTICO BIPARTIDÁRIO: A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

A importância da imprensa para que possa ser pensada a partir de um cenário histórico, se concretiza pela sua própria divulgação, repercussão e alcance. No Brasil, a história da imprensa ganha múltiplos sentidos a partir de muitos contextos e temporalidades diferentes. A partir do século XX, a história da imprensa ganha novas roupagens com a multiplicidade, principalmente, de jornais, com isto, há a ampliação do acesso à informação no Brasil por meio das rádios.

Contudo, antes do golpe de 1964, a imprensa já colocava em destaque inúmeros acontecimentos e questões políticas que faziam com que a população civil se posicionasse de maneira crítica e capaz de movimentar as estruturas políticas dominantes. Como exemplo disso, evidencia-se como o governo Vargas foi grande palco para que a imprensa tomasse proporções maiores no Brasil. Com Getúlio Vargas ao poder pela segunda vez (1951 - 1954), a imprensa também ganhava proporções e maiores dimensões frente à política e como formadora da opinião pública (Santos, 2018).

A partir do que já foi exposto anteriormente, quando tratou-se do contexto da Ditadura Civil Militar, e por ora continuar-se-á com o mesmo assunto abordado nos subtópicos anteriores, a imprensa teve um papel fundamental neste contexto. A partir disso, pode-se pensar duas frentes para que a problematização deste assunto ganhe roupagem que direcione este trabalho. Há de pensar, de que maneira a imprensa ajudou o golpe de 1964? A imprensa agiu somente em prol da promoção do governo instaurado em 1964? Como a imprensa alcançava o público em geral?

A partir do golpe instaurado em 1964, houve grande comoção da população civil do Brasil, e dos militares, principais articuladores do golpe, em especial os de alta patente. A mídia foi a principal responsável pela propagação disto. De acordo com Dantas (2014), muitas sedes de jornais tiveram as suas instalações depredadas após o dia 01 de março de 1964, principalmente, àqueles que tinham caráter crítico aos militares e às suas políticas, que naquele momento, esvaiam-se de maneira exacerbada de autoritarismo, usurpação e

suspensão de direitos. Assim, de acordo com a mesma autora, fora em 1954, com notícias sobre a “[...] a queda de Getúlio” (Dantas, 2014, p. 65), que como consequência, tiveram os seus prédios deteriorados pela população.

Contudo, haviam grandes empresas midiáticas que escancaradamente tinham suas opiniões voltada aos ideais em apoio ao golpe, especialmente onde se deu o mesmo, em Brasília. Com isto, o grande aglomerado de jornais nos principais estados à época, Rio de Janeiro e São Paulo, fazia com que a circulação daquelas ideias fosse consumida rapidamente pela maioria das pessoas. Primeiramente, tais ideais ganharam primeiramente os quarteis para que a partir disso pudessem ser propagadas.

Por tanto, “Alguns desses veículos, como no caso de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, além do notório *Tribuna da Imprensa*, participavam ativamente da conspiração.” (Dantas, 2014, p. 66), logo, estes jornais, pelo seu grande alcance e circulação, tinham uma aceitação maior pela divulgação dos ideais golpistas. Assim, nos demais estados do país não foi diferente, como analisar-se-á mais adiante sobre o caso da cidade de Santarém, no oeste do Pará.

Logo, em certa medida, há um alinhamento em grande parte do setor privado em apoio ao governo de exceção no Brasil, como exemplificado aqui, o setor midiático esteve de maneira concreta, mas não determinante, em apoio às medidas propagadas e defendidas pelos militares. Com isto, muitas empresas, em especial as midiáticas, se posicionaram ao lado do governo e fizeram com que ganhasse espaço a propaganda do anticomunismo, como pontua Dantas (2014, p. 66):

Esse alinhamento com o movimento golpista repetia a posição de amplos setores do empresariado, assustados com a possível implantação das reformas de base anunciadas com alarde pelo governo de João Goulart, inclusive em comícios em praça pública. O fantasma da tomada do poder pelo comunismo pairava no ar.

Com o posicionamento do presidente deposto João Goulart, o alinhamento das empresas jornalísticas ganhava ainda mais notoriedade por conta do que o próprio governo democrático, antes do golpe, propagava. A desestabilização do governo sob tais pretextos desestabilizava o governo de João Goulart, fazendo com que houvesse ainda mais propaganda falaciosa sobre as reformas que eram defendidas pelo mesmo.

Movimentos como a Marcha da família com Deus pela Liberdade¹⁰ ainda em 1964, eram amplamente noticiados nos meios de comunicação (rádio, Tv, jornais, revistas) com grande ênfase, com palavras de ordem, cartazes, discursos etc. Os meios de comunicação eram amplamente cooptados por tais discursos e os difundiam.

Assim, movimentos contra o governo militar e às suas sanções também eram realizados em protesto e como resposta ao conservadorismo e ao autoritarismo, foi realizada a Passeata dos Cem Mil, em 1968, contra isto e pelo retorno da democracia no país. Protagonizado por muitos setores que se posicionaram contra a Ditadura. Neste mesmo ano, era publicado o Ato Institucional número 05, o AI - 05, medida esta que impunha muitas restrições ao país, corroborando com os demais atos institucionais promulgados desde a implantação do governo de exceção (Dantas, 2014).

Na implantação do AI - 05, a imprensa sofreria a partir da censura imposta por ele. A partir do mesmo, a divulgação em grande escala das grandes investidas da Ditadura Militar era censurada, principalmente por aqueles jornais que iam de encontro ao interesse do governo, como, a divulgação da cassação de mandatos, a suspensão de direitos políticos como o próprio ato impunha naquele mesmo ano.

Logo, o próprio Ato Institucional n° 05 colocava como um dos sustentos da “revolução” a nova legislação pautada na Constituição Federal de 1967, o que a partir disto, como já abordado neste trabalho anteriormente, tinha o papel mantenedor de apregoar, propagar e promover "a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução"¹¹, [para que fosse de maneira validadora e dita “democrática”, para] “assegurar a continuidade da obra revolucionária”.

Portanto, este capítulo teve como objetivo discutir a política a partir da Ditadura Civil - Militar no Brasil, implantada em 1964, tendo como pressupostos para a escrita deste trabalho: a política bipartidária instaurada em 1965, o “jogo político” e suas vertentes (o antagonismo dos principais partidos existentes após 1965, ARENA e MDB) e a importância da imprensa tanto em apoio quanto no embate à Ditadura Militar, ganhando assim muitos desdobramentos neste cenário.

¹⁰ Foi uma série de manifestações da sociedade civil conservadora em resposta ao governo de João Goulart e contra a suposta ameaça comunista que estava sendo propagada pelo Brasil. Este movimento também teve grande apoio do meio cristão, principalmente da Igreja Católica.

¹¹ Ver: BRASIL. Ato Institucional n° 5, de 13 de dezembro de 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 08 de jul. 2025.

3 O BIPARTIDARISMO DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM SANTARÉM: A CASSAÇÃO DE ELIAS PINTO E JOAQUIM MARTINS.

Neste capítulo, será abordado a cassação do prefeito Elias Pinto e do vice-prefeito Joaquim Martins, na perspectiva do inquérito policial militar e do *Jornal de Santarém*, contudo, a primeira fonte documental, em sessão recortada para tal análise, se debruçar sobre o ocorrido do dia 20 de setembro de 1968, nas imediações da prefeitura.

Logo, também neste será abordado as falas transcritas do IPM de alguns políticos envolvidos no ocorrido. Tal fato, como mencionado em grande proporção anteriormente, pelo *Jornal de Santarém*, a reverberação da cassação do prefeito deposto, se dá em muito pela decisão judicial da nova posse do prefeito ao seu antigo cargo, causando assim, inconformidade no meio civil e político.

Na perspectiva do jornal, muitas questões são levantadas como abordado no início deste trabalho. O *Jornal de Santarém*, frente aos ocorridos políticos, teve o papel crucial de informar, contudo, o seu posicionamento político partidário é visto de maneira latente em oposição à chapa deposta.

Ademais, tais fontes trabalhadas neste capítulo, se complementam e trazem inúmeras informações precisas aos fatos acontecidos em meados dos anos de 1960, em Santarém.

3.1 A CASSAÇÃO DE ELIAS PINTO NA PERSPECTIVA DO JORNAL DE SANTARÉM.

No cenário da Ditadura Civil-Militar brasileira, inúmeras localidades e setores foram afetados a partir de suas políticas sob o viés autoritário, que ora foi instaurado por militares e o apoio da população civil. Com isto, setores civis se viram submersos nesse amálgama social que perdurou durante 21 anos, bem como nas instâncias políticas do Brasil.

Não distante disso, o apoio de setores de empresas privadas, como as jornalísticas e de rádio, deu sustentação ao governo de exceção instaurado no país. A partir deste ponto, será feito um recorte onde todo o debate feito até a finalização do capítulo anterior e principalmente no decorrer deste, o debate será direcionado para a região norte, para Santarém, no oeste paraense. O debate a ser prosseguido a partir do objeto de análise deste trabalho, que é a cassação do prefeito Elias Pinto e do vice-prefeito Joaquim Martins, manter-se-á em analisar algumas seções do *Jornal de Santarém*, do ano de 1966 a 1968.

Logo, o *Jornal de Santarém* se posiciona fortemente com discursos em apoio ao governo de exceção. Como um dos recursos de maior alcance da época - tendo em vista as

múltiplas formas de divulgação de informações nos dias atuais, para tempos como o da cassação do prefeito Elias Pinto, o jornal fez com que este fato ganhasse proporções maiores -, este jornal elenca de maneira abrangente a política santarena e os seus agentes públicos.

Contudo, pensa-se em como um jornal pôde de maneira tão excessiva propagar os seus ideais causando grandes repercussões - como foi a cassação da chapa Elias Pinto/Joaquim Martins -, tendo como um dos pressupostos o próprio papel e/ou trabalho da imprensa, submergido e cooptado pelos ideais da Ditadura Civil Militar em Santarém. Com isso, encontrou-se uma problemática: se o papel/trabalho da imprensa era a divulgação de acontecimentos, por que esses acontecimentos eram propagados de maneira sensacionalista, ou até mesmo pessoal (do jornal), partidário?

Para que a resposta desta pergunta seja embasada, Barros (2023, p. 46) aponta da seguinte maneira:

[...] A verdade, entretanto, é que o jornal nunca deixou de ser um meio de comunicar ideias e de interferir na sociedade a que se destina, faça isto de modo voluntário ou involuntário. A pretensa objetividade das informações, mesmo na aparente exposição mais pura de dados, vem sempre mesclada às opiniões, escolhas e decisões daqueles que elaboram o discurso jornalístico ou que disponibilizam as informações na Imprensa. [...]

Logo, a partir do que pontua o autor, sabe-se que o jornal não é meramente um meio de “apenas divulgar informações”, ele tende a posicionar-se frente às demandas que surgem, quer sejam pretensiosas, sensacionalistas ou não. As características informativas tendem, de maneira explícita, a partir de suas páginas, a ter ideologias, partidos, religiosidades e até mesmo especialidades em determinados tipos de informes - religioso, educativo, político, econômico etc.¹²

Portanto, no ano de 1966 ao começarmos a analisar as páginas do *Jornal de Santarém*, percebe-se alguns indícios, em alguns momentos de confraternizações e feitos, como na inauguração da câmara municipal de Santarém, em 1966, onde chega a Santarém o governador do estado, coronel Alacid Nunes, que é recebido pelo então prefeito e médico

¹² Ver: ROCHA, Flávia Ferreira da Silva. A imprensa e a construção do discurso da Ditadura Civil Militar brasileira de 1964: Um estudo sistêmico-funcional, 2018. Tese (doutorado) - Curso de doutorado em letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2018.

Everaldo de Souza Martins para tal celebração, que teve como mediador o vice-prefeito, José Maria Matos.

Nas palavras destes políticos, no ato da inauguração da nova sede da Câmara Municipal, é visto com grande pompa em suas falas o que em muito já foi debatido e apresentado anteriormente: um país sem problema e que está sendo direcionado para ter melhores condições sempre.

Nas palavras do governador Alacid Nunes, percebemos tal discurso:

Desse modo, quando assumiu o governo não estava às cegas e nem tateando. Conhece e está integrado nos problemas de nossa terra! O carvão do Xingú é o melhor do Brasil, testado por laboratórios do sul. Na pecuária são campos que surgem, são municípios que surgem como Paragominas. É o Baixo Amazonas, é a ilha do Marajó com os seus enormes rebanhos. É a fibra, a castanha, a borracha e a madeira de nossas matas. [...] Para o futuro serão fábricas de beneficiamentos de juta, de plásticos, de tintas, finalmente uma série de indústrias que melhorarão a nossa situação financeira. (O JORNAL DE SANTARÉM, 1966, n° 1247, p. 01).

Portanto, fica muito evidente no discurso proferido pelo então governador do estado, um certo engrandecimento às riquezas naturais da região amazônica que a tornam “grande” e produtiva para o ponto de vista do estado. No entanto, nesta seção jornalística o objetivo além de mostrar a capacidade natural da Amazônia, em se tratando de como o estado se posicionará frente a isto, um dos objetivos também é a promoção do governo de Alacid Nunes e do prefeito Everaldo Martins.

Assim, ainda pelo evento da inauguração da sede política santarena, há na fala do governador do estado uma pretenciosa informação: o mesmo, cita em seus agradecimentos finais, antes da fala do deputado Ubaldo Corrêa (ARENA), não de maneira oficial, mas prévia, a candidatura do mesmo, que, como consequência, em novembro deste mesmo ano disputa as eleições municipais com Elias Pinto Ribeiro (MDB). Logo, o governador agradece: “Nesse instante foi uma verdadeira apoteose, o que evidencia ser a sua eleição para Prefeito, uma coisa consumada. Nossos parabéns, futuro Prefeito do Município, Dr. Ubaldo Campos Corrêa” (O JORNAL DE SANTARÉM, 1966, n° 1247, p. 04).

Nos meses que sucederam a eleição de 1966, e ainda sob grande fervor político em Santarém, a Ditadura Civil-Militar ganhava cada vez mais espaço na câmara da cidade, e em especial nas páginas de *O Jornal de Santarém*, fato este, a própria propagação e promoção de

políticos filiados à sigla da situação, a ARENA. O próprio governador e prefeito da cidade, a partir das páginas do jornal, demonstram um grande interesse na política santarena - fato este, como consequência da política bipartidária e da própria decretação do AI-02, com a política subdividida em dois partidos.

Na subseção do jornal em outubro do mesmo ano, há a explanação sobre “A convenção da ARENA em Santarém”, matéria esta em título chamativo, que provoca o leitor a ter conhecimento sobre a articulação política da sigla na cidade, que, como de costume, a partir de 1965 com a implantação do AI-02, a política bipartidária ganha destaque por promover o partido da ARENA. Não que isto fosse colocado especificamente na letra da lei, mas, como já trabalhado no subtópico segundo do primeiro capítulo, a própria disputa entre ARENA e MDB colocaria em evidência apenas um desses partidos no sistema político da ditadura.

Na mesma seção jornalística, a convenção é assim composta:

Às 20 horas, assumindo a presidência o deputado Ubaldo Campos Corrêa, presidente da Comissão, ladeado pelo secretário Paulo Lisboa, convidou para compõem a Mesa diretora dos trabalhos, o Prefeito Dr. Everaldo Martins, o vice José Maria Matos, o coronel Haroldo Veloso, candidato a Deputado Federal, Paulo Rodrigues dos Santos, e posteriormente os prefeitos de Itaituba e Aveiro, respectivamente srs. Tibiriça Santa Brigida e Humberto Frazão, todos pertencentes à ARENA. (O JORNAL DE SANTARÉM, 1966, n° 1260, p. 01)

No trecho acima, retirado das páginas do *Jornal de Santarém*, pode-se perceber a articulação do partido, na convocação da população civil - a partir da convenção -, que, como já trabalhado, a mesma tende a apoiar partidos que pregam valores que pela maioria são considerados corretos, contudo, a partir do senso comum, propagam também inverdades e ideologias falaciosas, como a ameaça comunista ao país.¹³ Logo, neste mesmo trecho, percebe-se que a abertura dos trabalhos para a convenção municipal se dá pelo próprio ‘futuro’ candidato à prefeito de Santarém, deputado Ubaldo Corrêa.

Para tal análise, é nítido que o deputado Ubaldo Corrêa tinha o apoio do prefeito da cidade, que ambos como conhecedores da política, de forma geral, e da política santarena, tendiam seus pensamentos rumo à vitória no pleito de 1966. O jornal apresentou mais informações sobre a citada convenção:

¹³ Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Passados Presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar*. 1° edição. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.

Dizendo da finalidade da reunião, o presidente da Comissão convidou o prefeito municipal, Dr. Everaldo Martins para assumir a direção dos trabalhos. Este, fazendo rápida explanação dos fins para que fôra convocada Convenção, de acordo com a Lei Eleitoral que regulamenta o assunto, deu a palavra ao convencional Artur Brandão que enaltecendo o nome do deputado Ubaldo Campos Corrêa, lançou-o como candidato da ARENA ao cargo de prefeito do município nas eleições de 15 de novembro e pediu fosse a escolha feita por aclamação, desde que não houvesse impugnação. A indicação foi aceita unanimemente sob calorosos aplausos. A seguir o prefeito Martins falou para esclarecer a alta significação dessa unanimidade e elogiando o candidato Ubaldo Corrêa, o considerou um grande trabalhador a prol de Santarém e capaz de realizar grandes empreendimentos pois contaria sem a menor dúvida com o apoio dos governos Estadual e Federal, terminando por declarar que a indicação merecia todo o apoio, inclusive pelo prefeito que aplaudia a escolha. (O JORNAL DE SANTARÉM, 1966, n° 1260, p. 01)

De acordo com o jornal citado acima, curiosamente, o fato de a chapa concorrente à de Elias Pinto/Joaquim Martins, ser encabeçada por Ubaldo Corrêa/Paulo Rodrigues causa uma certa curiosidade ao nos determos sobre tal fato, contudo, sabe-se dos desdobramentos que as legislações à época tinham, como os próprios atos constitucionais e os atos complementares. Logo, um questionamento surge: por que a chapa de Ubaldo Corrêa/Paulo Rodrigues seria escolhida na convenção por meio de aclamação, sendo que a maioria dos vereadores pertenciam à ARENA? Assim, tais vereadores poderiam concorrer também ao pleito de 1966 para os cargos de prefeito e vice-prefeito.

De tal modo, esta política foi marcada por inúmeras incertezas e também com precisão, ao trabalharmos sobre esses meandros políticos que, entre si, faziam acordos. Ainda neste mesmo jornal, há a divulgação de “Eleito o novo presidente da República” em uma notícia breve dentro de um box no jornal. Tal notícia retrata a “eleição” do marechal-presidente Artur da Costa e Silva, que tomaria posse no dia 15 de março de 1967. Assim, a notícia retrata o modo “pacífico” no transcorrer da eleição, onde o mesmo teria sido escolhido por “unanimidade”. Desta forma, percebe-se como o jornal tinha a característica de ser “pacificador” e está apenas noticiando informações de forma parcial.

Já na edição do jornal no mês de outubro de 1966, há um direcionamento, como fosse uma espécie de carta (nesta edição do *Jornal de Santarém*, esta informação está imprecisa se é uma notícia ou carta, está mais para esta última) escrita por Jarbas Passarinhos, ex-governador do Estado do Pará. Nesta escrita, o mesmo direciona os santarenos e explica:

Fortalecida, assim, a ARENA, marcharemos para as urnas com o nome de um dos nossos deputados mais operosos, o nosso amigo dr. UBALDO CAMPOS CORREA, credenciado ainda pelo fato de já haver exercido, com eficiência, a função de prefeito municipal de Santarém. [...] (O JORNAL DE SANTARÉM, 1966, n° 1262, p. 01). Santarém já consagrou a Revolução que se instaurou no Pará, a partir de junho de 64. [...] (O JORNAL DE SANTARÉM, 1966, n° 1262, p. 01)

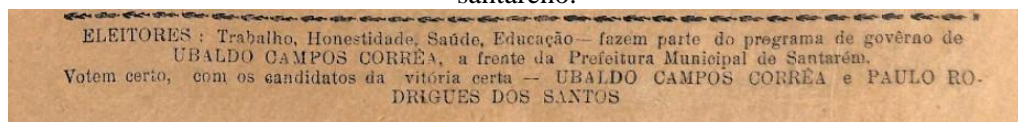
Assim, a partir do informe ou aclamação por Jarbas Passarinho, é latente a propagação dos meios de ocupação dos governos municipal, estadual e federal. Tal fato de reverberação e legitimação da candidatura de Ubaldo Corrêa como um forte aliado à Ditadura Civil-Militar fez com que o principal meio de articulação fosse o jornal, que como consequência era dirigido pelo mesmo. As notícias neste jornal tinham por diretor o próprio deputado, o que caracterizava ainda mais qual lado estariam, tanto o jornal quanto o diretor, assim, nessas mesmas folhas eram feitas as divulgações a partir dessa edição do jornal.

Figura 1 - Propaganda política da chapa Ubaldo Corrêa/Paulo Rodrigues.



Fonte: O Jornal de Santarém, n° 1262, 1966, p. 4.

Figura 2 - Propostas e compromissos da chapa Ubaldo Corrêa/Paulo Rodrigues ao eleitorado santareno.



Fonte: O Jornal de Santarém, n° 1262, 1966, p. 4.

A partir dos recortes acima, podemos ver como a propaganda política tinha um espaço um tanto demasiado como consequência do processo político vigente e do próprio papel da imprensa no jogo político. Neste cenário, é vil se pensar a perda da chapa propagandeada nas páginas deste, no entanto, há desdobramentos por conta da própria escolha da população e na preferência dos seus candidatos.

Outrossim, Elias Pinto e Ubaldo Corrêa já haviam sido parlamentares na câmara municipal de Santarém na década de 1950. Ubaldo Corrêa, eleito para prefeito em 1958, pelo

PSD, disputara neste pleito com Elias Pinto Ribeiro, pelo PTB¹⁴. Contudo, Elias Pinto foi derrotado pela maioria dos votos da população santarena, fato interessante para pensarmos o apoio em massa ao deputado Ubaldo Corrêa no *Jornal de Santarém* (Barbosa, 2019). De acordo com Barbosa (2019, p. 5):

Em Santarém existiam quatro importantes partidos, o Partido Social Democrata (PSD), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Progressista (PSP), os três primeiros mantinham a estrutura política na cidade, mas sempre sendo administrada pelo PSD.

No entanto, na cidade de Santarém, é muito simplório pensar que o acirramento político só se deu somente após o golpe de 1964, Barbosa (2019) pontua um lado político partidário que persiste há muito tempo, cooptando assim, a maioria dos votantes, como é o caso do PSD, partido este de preferência, principalmente das elites locais. O Partido Social Democrata (PSD) no Estado do Pará era de maneira quase unânime o maior partido, pois obteve desde a década de 1930 o apoio das elites (Barbosa, 2019, p. 5).

Nas palavras da redatora do jornal, professora Antonieta Dolores Teixeira, a mesma, dez dias antes da eleição em Santarém, assim escreve aos leitores do *Jornal de Santarém*:

Portanto, eleitor amigo e consciente, no dia 15 de novembro próximo, por amor de nossa querida terra, que será de futuro a Terra da Promissão, vota nos candidatos da ARENA, em cuja frente se encontra esse destemido moço Ubaldo Campos Corrêa [...] (O JORNAL DE SANTARÉM, 1966, n° 1264, p. 01 - 04)

Assim, como maneira de indagação e confronto, até esta seção do *Jornal de Santarém* analisada, não encontrou-se sequer uma propaganda política da chapa Elias Pinto/Joaquim Martins. A mesma, ainda em sua escrita, coloca como compromisso religioso a votação: “[...] cada um saberá cumprir religiosamente o seu dever cívico votando sem temer

¹⁴ Ver: BARBOSA, Eloisa Brito. O Jornal de Santarém e a cassação do prefeito Elias Ribeiro Pinto (1967- 1968). Trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em História e Geografia (TCC), UFOPA, Santarém- Pa. 2019.

nesse cidadão [...]”¹⁵. Logo, o discurso político em Santarém, nas páginas do jornal, está perpassado por sentidos religiosos nas falas e posicionamentos de agentes, principalmente daqueles de alto posto, como governador e militares políticos.

Assim, para a surpresa do governo de exceção no Pará, e para os correligionários da ARENA, na edição do jornal de 03 de dezembro de 1966, há na manchete do jornal os resultados das eleições do mês anterior, e com isto, o anúncio da vitória de Elias Pinto Ribeiro para prefeito (MDB), eleito com 8.337 votos, derrotando Ubaldo Corrêa (ARENA), que não fora eleito pela sua minoria de votantes, 5.964.¹⁶

Em relação aos anúncios divulgados nas páginas do jornal, o mesmo cita tal fato de maneira simplória, como uma notícia qualquer, embora, tenha causado um certo desconforto nos que estavam no poder. Isso, de maneira clara, é visto no jornal a partir desse anúncio nas palavras da redatora: “Vem aí surgindo o 1967. Vamos esquecer o passado. Novas esperanças. A maior delas. O SEU Artur vai assumir á Presidência da República [...]”¹⁷. Nesta edição, onde há uma espécie de pesar por questões políticas que já foram abordadas neste, não surpreende o fato de indignação pela vitória da oposição.

Com as eleições do presente ano, foram eleitos para vereadores em Santarém onze parlamentares, onde oito foram eleitos sob a sigla da ARENA e três eleitos sob a do MDB. Eleitos pelo partido de menor abrangência nacional, o MDB, os vereadores: João Castro de Menezes, Ronan Liberal Lima e Clementino Santana Lima. Já pela ARENA, foram os seguintes: Raimundo Nonato Costa, Cezar Sarmiento, Elinaldo Barbosa, Manoel Jeronimo Diniz, Francisco Firmino Sousa, Luiz Gonzaga Rufino, Manoel Pereira Mota, Antonio Pereira, Flávio Flamarion Serique e Guilherme Lisbôa.¹⁸

Assim, de acordo com a nova configuração política para a câmara legislativa santarena, a mesma seria de maneira latente ocupada pela ARENA, visto o exposto acima. No entanto, a câmara expressaria, em parte, o interesse do governo federal, visto que tanto o próprio governo federal, quanto o estadual já estavam sob a égide autoritária no momento, somente o prefeito e seu vice, naquele momento, e os vereadores em minoria que eram do MDB.

Já no ano seguinte, em setembro de 1967, o *Jornal de Santarém* noticia logo na primeira folha, em letras grandes: “As Eleições Em Santarém”, que nesta crônica, assinada e

¹⁵ O Jornal de Santarém, 05 de novembro de 1966. N°1264, Ano: XXVI.

¹⁶ O Jornal de Santarém, 03 de dezembro de 1966. N°1267, Ano: XXVI.

¹⁷ O Jornal de Santarém, 03 de dezembro de 1966. N°1267, Ano: XXVI.

¹⁸ *Ibidem*.

assim por Emir Bemerguy intitulada, direciona congratulações ao prefeito e ao mesmo tempo um certo receio soa a partir da leitura do jornal, como podemos observar:

Como afirmei anteriormente, esta crônica não tem como objetivo dissecar os motivos, mas comentar as consequências da luta eleitoral em Santarém. O fato está consumado, para amargura de alguns e alegrias de muitos. Não se pode, de nenhuma forma, apontar anomalias ou discutir a legitimidade da disputa. [...] (O JORNAL DE SANTARÉM, 1967, n° 1305, p. 01)

Para tanto, até então a luta retratada pelo autor na crônica, versa sobre as lutas políticas em Santarém, fato este de grande repercussão no ano presente pela vitória de Elias Pinto. Ademais, esta crônica está com a data de 24 de novembro de 1966, e só foi publicada no ano seguinte - pelo menos nas edições deste jornal que foram utilizadas, somente foi vista esta crônica nesta edição.

Já em novembro do mesmo ano, o *Jornal de Santarém* noticia o afastamento do prefeito Elias Pinto.

Quando a <<turma>> é de contra vão dizendo logo que a cassação do Prefeito ficou de chegar no dia seguinte, e desfiam um rosário de queixas e acusações que fazem do pobre Elias o pior elemento que já habitou neste Planeta. Com as línguas afiadas como a Gilete Azul, descascam a vida dele num ótimo tempo! Quando a «turma» é a favor (digamos de passagem que calculamos esta diferença em 70%) só se ouve dizer que o Prefeito sai sim... mas depois de 4 anos! Esta, ao nosso vêr, seria a melhor solução para o <<caso mococongo>>. (O JORNAL DE SANTARÉM, 1967, n° 1317, p. 01)

Assim, o mesmo jornal pontua uma espécie de opinião pública divulgada na mídia, esta que trazia em suas linhas a discussão do momento: o afastamento e a cassação de Elias Pinto Ribeiro. No entanto, o jornal se caracteriza, neste momento, de maneira ambígua, sendo que hora tanto defendeu a situação (a ARENA, o deputado e candidato Ubaldo Corrêa, o próprio prefeito Everaldo de Souza Martins - como pontuado anteriormente neste estudo). Nesta edição do periódico, o caso da cassação do prefeito eleito ficou conhecido como *O caso mococongo*.

A edição do jornal a 2 de dezembro de 1967, onde a mesma reportagem anuncia da seguinte maneira a cassação do mesmo:

AFASTADO O PREFEITO ELIAS PINTO-Cumprindo determinações de lei, foi afastado de suas funções de Prefeito do Município, o nosso amigo sr. Elias Ribeiro Pinto, que vinha impulsionando e progresso da "Pérola do Tapajós". O seu afastamento prende-se ao meio legal de defender - se das acusações que lhe foram imputadas pelo Tribunal de Contas do Estado. Esperamos que o prefeito Elias Pinto possa sair airoso em sua defesa, apresentando provas concludentes de inocência e boa fé. Caso isso seja concretizado, retornará às suas funções com a mesma vontade de bem servir ao povo mocorongo. (O JORNAL DE SANTARÉM, 1967, n° 1318, p. 01)

Assim, com o afastamento de Elias Pinto e Joaquim Martins, há a formação de uma nova frente parlamentar, onde foram escolhidos dois novos representantes para o povo santareno, fato curioso este que são parlamentares da ARENA e por estarem em maior número de parlamentares na câmara. Logo, nesta mesma página do informativo, há a divulgação que o Brigadeiro Haroldo Coimbra Velloso (ARENA)¹⁹, deputado federal, está na cidade com as pretensões de apaziguar os ânimos políticos por conta da cassação do atual prefeito. Também, o mesmo jornal noticia que os deputados Santino Sirotheau Corrêa e Júlio Walfredo Aguiar, ambos do MDB, estão na cidade de Santarém para também prezar pela política santarena.²⁰ Ademais, Santarém se torna a partir de tal fato, um campo de interesse político - como muito bem já relatado pelas fontes jornalísticas - de relevância estadual e nacional.

Assim, o prefeito deposto tinha suas possibilidades muito baixas em se pensar que um vereador eleito pelo seu partido (MDB), que foram apenas três, fosse eleito para a nova representação municipal. Assim, de forma inequívoca a ARENA tinha muito mais engajamento em eleger quem quisesse na câmara municipal, dando poucas possibilidades ao lado oposto. Sendo eleito o novo prefeito, o *Jornal de Santarém* noticia logo abaixo na mesma edição:

SANTARÉM TEM NOVO PREFEITO-Tomou posse no cargo de Prefeito de Santarém, o jovem político santareno Manoel Jeronimo Gomes Diniz, que terá como seu vice Ronan Liberal, visto que com o afastamento dos titulares da Prefeitura, terão de assumir as funções vagas de acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal. Ambos são jovens e honestos e criteriosos, que tomaram sobre os ombros o fardo pesado de um grande setor administrativo, mormente agora que a casa santarena atravessa uma de suas piores crises com ressonância nacional. Entretanto, conhecemos muito bem o valor desses dois

¹⁹ O Jornal de Santarém, 02 de dezembro de 1967. N° 1318, Ano: XXVII, p. 01.

²⁰ O Jornal de Santarém, 02 de dezembro de 1967. N° 1318, Ano: XXVII, p. 04.

políticos mococongos e temos certeza que vão conduzir-se a altura dos acontecimentos. (O JORNAL DE SANTARÉM, 1967, n° 1318, p. 01)

Os políticos assim empossados, de maneira indireta para a representação municipal, vão de encontro com a política santarena dos que apoiavam o prefeito deposto. Contudo, como já mencionado, há em Santarém, a partir da imposição governamental de 1964, um grande apoio à ARENA. Assim, o município de Santarém até as eleições de 1966 ainda escolhia os seus representantes políticos,²¹ colocando assim, como já evidenciado neste trabalho, o governo de exceção a ter medidas drásticas em relação ao município.

Ainda no ano de 1966, o jornal noticiava no último dia do ano, uma notícia que até então, de maneira pública, seria a causa da cassação do prefeito.

PREFEITURAS SERÃO FISCALIZADAS PELO T. C. - A partir de 1 de janeiro do ano entrante, de acordo com lei aprovada pela Assembléia Estadual e sancionada pelo governador Alacid Nunes, as Prefeituras Municipais do Pará ficam sujeitas à fiscalização financeira do Tribunal de Contas do Estado. Segundo a referida lei os Prefeitos deverão apresentar ao T. C. sua prestação de contas instruída com a documentação necessária. No caso das contas não serem aprovadas, a Câmara Municipal afastará o Prefeito das funções e providenciará a punição dos responsáveis. (O JORNAL DE SANTARÉM, 1966. N° 1271, p. 04).

Em muito, o *Jornal de Santarém* traz em suas páginas, prelúdios à cassação do prefeito, fato este que pode ser contestado de inúmeras formas: com o anúncio ainda em 1966, antes da posse de Elias Pinto e Joaquim Martins, a cassação dos eleitos pode ser considerada arbitrária pelo Tribunal de Contas do Estado ter o indiciado por irresponsabilidade?

Com o afastamento da chapa eleita, a edição do jornal ao dia de 09 de dezembro do ano em discussão, 1967, com o título em destaque que também dá nome a este trabalho, “SANTARÉM Acima de tudo”, sob a escrita de Emir Bemerguy, aponta da seguinte forma:

Assim, se as renúncias pessoais e coletivas se imporem, renunciemos. Renunciemos aos possíveis desejos de revanche, às injúrias mútuas, às posições radicais de que não se pode voltar atrás. Sacrificando, cada um de

²¹ Ver: BARBOSA. Eloisa Brito. O Jornal de Santarém e a cassação do prefeito Elias Ribeiro Pinto (1967-1968). Trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em História e Geografia (TCC), UFOPA, Santarém- Pa. 2019.

nós um pouco de orgulho ferido, uma parcela da inconformação ante um fato que não ocorreu como se esperava, estaremos contribuindo para serenizar o ambiente e acalmar os ânimos indóceis. Em última análise, esse atendimento a moderação por certo há de trazer, outra vez, a paz a esta Santarém tão carente de tranquilidade, para que seus filhos possam, com persistência, conduzi-la ao brilhante futuro que lhe está reservado. (O JORNAL DE SANTARÉM, 1967. N° 1319, p. 01).

Com este discurso jornalístico, clarividente um chamamento à paz que o município precisava por conta de toda turbulência política vivida, de tal maneira que aos tempos do acontecimento, “a paz” que Santarém tinha sido suspensa por conta de tais questões políticas. Há também de se pensar que o redator responsável por esta parte do jornal explicita a palavra renúncia, assim, o mesmo está conclamando para que tal fato político - em relação ao afastamento do prefeito Elias Ribeiro Pinto - seja de fato uma renúncia da prefeitura de Santarém.

Pode-se até pensar que o mesmo não está chamando atenção para a renúncia da prefeitura, contudo, na sua escrita, a maneira de interpretação é o fato do próprio afastamento do gestor, que para tal análise, destaca que a paz de Santarém, quer seja por meio de renúncia, esteja acima de tudo.

Nesta edição do jornal, é publicado na íntegra o discurso do então prefeito escolhido indiretamente, Jerônimo Diniz, proferido no dia 04 de dezembro de 1967, pela Rádio Educadora de Santarém:

[...] Foi então pedido o parecer de um órgão técnico que tem por finalidade fiscalizar e dar pareceres sobre contas de Governadores e Prefeitos. Esse órgão técnico é o Tribunal de Contas de Estado. Como todo mundo sabe, o Tribunal mandou um auditor fazer um levantamento contábil da Prefeitura. Baseado nesse levantamento, o Tribunal, em sessão plena, com todos os seus ministros, por unanimidade, resolveu denunciar e recomendar o julgamento do prefeito afastado. Por crime de responsabilidade, pelo Poder Legislativo, cuja atribuição o compete, em primeira instância à Câmara de Vereadores. E por crime comum, cuja atribuição, em primeira instância compete à justiça comum de Santarém. (O JORNAL DE SANTARÉM, 1967. N° 1319, p. 01).

Neste discurso, o prefeito indicia que a justiça foi tomada com base em dois crimes cometidos pelo então prefeito afastado, o que de maneira acelerada, como percebe-se na fala do mesmo, a justiça santarena e a câmara de vereadores deveriam tomar medidas mais drásticas

ainda em relação ao gestor que foi deposto. Ainda assim, a sua fala ocupa grande parte do jornal onde o mesmo prolonga-se no discurso político acirrado.

Assim, o prefeito afastado responde por dois crimes: de responsabilidade, cuja pena é o seu afastamento, em primeiro lugar, e depois a cassação do mandato. É de crime comum, cuja pena é a prisão na cadeia, condenado, no mínimo, por 5 anos, e conseqüentemente a perda do mandato (O JORNAL DE SANTARÉM, 1967. N° 1319, p. 01). Nos acontecimentos destes fatos, ninguém tem culpa, senão o próprio criminoso, portanto o próprio prefeito afastado. Cada um paga pelos crimes que cometeu. Não há interferência política, como mentirosamente ele e seus partidários dizem. Não há despeito porque a própria ARENA, como já disse, deu-lhe o voto de confiança. O processo está correndo normalmente, dentro das garantias das leis e o acusado tem amplo direito de defesa (O JORNAL DE SANTARÉM, 1967. N° 1319, p. 01).

Assim, Jerônimo Diniz explicita o apoio dado a Elias Pinto pela ARENA onde o mesmo partido deu-lhe total apoio no seu governo, no entanto, também é visto no seu discurso um caráter legitimador em relação à ARENA, como se esta sigla partidária fosse a validadora da verdade, da moral, dos bons costumes e da aproximação com o povo e ‘de Deus’.

Ademais, Elias Pinto é tido como traidor dos votos que a população santarena lhe confiara, como culpado pelos acontecimentos. É irrefutável que pensemos que houve apoio da ARENA na interferência do mandato de Elias Pinto Ribeiro, de maneira que deixa-nos intrigados ao nos determos sobre as fontes. Ainda assim, o novo prefeito empossado continua sua fala:

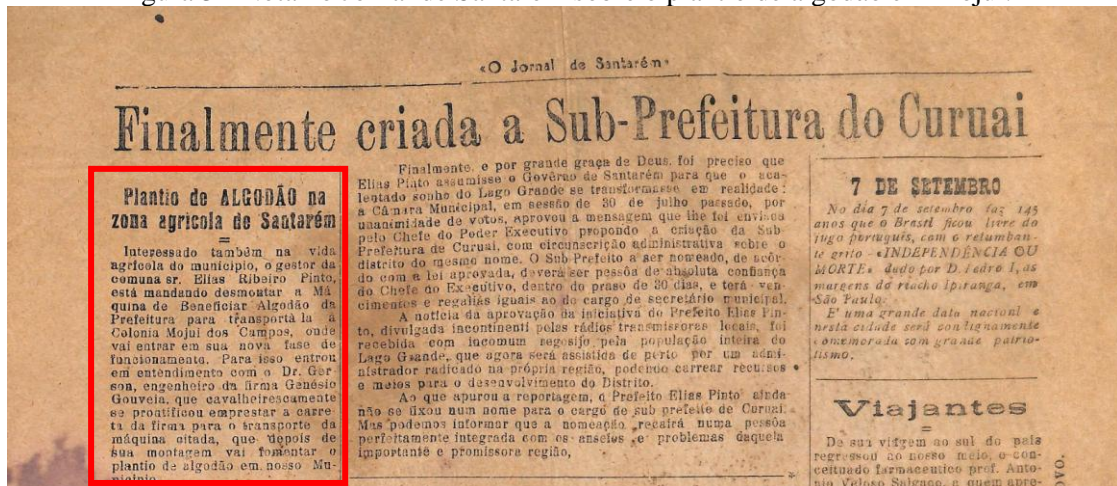
Ainda sábado último, quando ocupei o microfone desta rádio, disse e repito agora, que a Comissão que procedeu a verificação da situação da Tezouraria, encontrou ali um vale de responsabilidade pessoal do prefeito no valor de quatro milhões, seiscentos e trinta mil e cento cinquenta cruzeiros. Prestem atenção senhores ouvintes: Esse dinheiro foi recebido no Banco do [*palavra faltando na fonte*] no dia 5 de maio e somente [*palavra faltando na fonte*] de outubro foi que o prefeito resolveu dar entrada na Tezouraria. Quer dizer: usou e abusou do dinheiro durante 5 meses. Dinheiro que veio do Imposto de Rendas. Dinheiro que o povo paga através de imposto [...]. (O JORNAL DE SANTARÉM, 1967. N° 1319, p. 01).

Assim, na continuação da fala de Jerônimo Diniz, o mesmo acusa Elias Pinto de desvio de recursos públicos e que o mesmo não prestou conta devidamente, que após os cinco meses de uso e/ou atribuições que coubera ao dinheiro da prefeitura, sendo assim irresponsável por tal ato, nas palavras do mesmo.

[...] E mais ainda: quando deu entrada na Tezouraria, não entregou o dinheiro, entregou um vale um pedaço de papel, onde ele escreveu: "Importância que foi empregada sob minha responsabilidade na aquisição de peças e acessórios para recuperação da máquina de beneficiamento de algodão desta Prefeitura". (O JORNAL DE SANTARÉM, 1967. N° 1319, p. 01).

Tal máquina referida na edição do *Jornal de Santarém* em setembro de 1967, fora mencionada de maneira a beneficiar a prefeitura da cidade. Assim, na referida reportagem, o jornal divulga que o gestor Elias Pinto manda que desmonte a máquina de beneficiar algodão da cidade, para que a mesma seja alocada à colônia de Mojuí dos Campos, em uma nova fase de funcionamento, assim redigida pela redação do jornal.²² Ainda assim, a gestão da cidade deixa sob responsabilidade da empresa Genésio Gouveia, de engenharia.

Figura 3 - Nota no Jornal de Santarém sobre o plantio de algodão em Mojuí.



Fonte: O Jornal de Santarém, n° 1305, 1967, p. 04.

Para tanto, tal discussão sobre o possível investimento do dinheiro público, entra em contraste na própria fala de Jerônimo Diniz, na Rádio Educadora de Santarém, quando o mesmo cita que tal máquina de tratar algodão esteve sob responsabilidade do funcionário

²² O Jornal de Santarém, 02 de setembro de 1967. N° 1305, Ano: XXVII, p. 04.

público municipal, João Matos, onde o mesmo testemunhou de maneira escrita, que nunca chegara até às instalações onde a referida máquina ficava, e sob sua responsabilidade, peça alguma.²³

De maneira a nos indagarmos sobre a tal quantia em dinheiro para a compra de peças desta máquina, gerou inúmeras indagações sobre a responsabilidade deste dinheiro público, e como consequência do cenário político minado que estaria submersa Santarém, este fato foi mais um incidente sobre a cassação de Elias Pinto. Contudo, não nos deteremos sobre de quem seria tal responsabilidade do dinheiro para a compra de peças da máquina.

Assim, como mostra a imagem anterior, o jornal, a esta data, não de maneira pretensiosa, mas mostrava, mesmo que em curtas notícias, as atitudes da gestão de Elias Pinto. Fato este que pode ser refutado tendo por direcionamento como era retratada a política na gestão do prefeito Everaldo Souza Martins. Dessa maneira, com as eleições de 1966 e a vitória de Elias Pinto e Joaquim Martins, de maneira adversativa, a sua política sempre esteve sendo indagada, questionada, desconfiada, contestada etc. - mesmo que de maneira simples, nas páginas do jornal.

Ainda assim, ao ser analisada a linguagem que o *Jornal de Santarém* utilizara para o trato com a política santarena, como já trabalhado anteriormente sobre as disputas entre MDB e ARENA, neste cenário, é clarividente percebermos o perfil político de agentes públicos retratados pelo *Jornal de Santarém*, com características típicas a partir desses perfis.²⁴

Ainda nesta mesma edição do jornal, a propaganda de que “foi feito justiça”, em decorrência do afastamento e cassação do prefeito Elias Pinto, é considerado um ato divino, da forma que o mesmo que havia sido deposto tinha deixado a cidade agitada. No entanto, de modo que este discurso de cunho cristão está totalmente impregnado no jornal e na representação dos políticos, principalmente daqueles ligados à situação política nacional, do partido ARENA, sempre este como redentor, salvador e em defesa das ‘famílias mocorongas’.

²³ O Jornal de Santarém, 02 de setembro de 1967. N° 1305, Ano: XXVII, p. 04.

²⁴ Ver: Bringhenti (2022), pontua que a partir da política brasileira há a formação de uma elite. Portanto, a mesma se beneficia mais ainda a partir das articulações partidárias, que com a imposição do AI-2 ficaram mais severas. A ARENA, partido do governo de exceção, deu ainda mais destaque aos políticos que se beneficiam da máquina pública, reforçando as suas intenções e medidas autoritárias.

Figura 4 - Figura 4: Propaganda de cunho religioso e político no Jornal de Santarém sobre a cassação de Elias Pinto.



Fonte: O Jornal de Santarém, nº 1319, 1967, p. 04.

Assim, as felicitações de Alacid Nunes a Manuel Jeronimo Diniz na imagem acima, destacada pela seta, e o discurso sobre a ‘justiça divina’ na interferência política do município - destacado no box em vermelho -, de maneira a legitimar o mandato do novo prefeito e fazer com que a população dê crédito e validação ao ‘bem estar político no município’.

No entanto, há no município um conglomerado de policiais militares fazendo a resguarda do prédio da prefeitura municipal, o que decerto, causou certa estranheza e até mesmo medo na população mocronga. Este medo, principalmente por conta da cassação do prefeito deposto, se dá tanto pela presença militar no município, - ou como hipótese a partir da análise da fonte - quanto pelo retorno de Elias ao poder. De tal modo Jeronimo Diniz continua a sua fala na rádio:

A força policial de Estado é ordeira, disciplinada. Não pode cometer e nem cometerá nenhum excesso, porque ela só está em Santarém, para garantir a paz e a tranquilidade das famílias. No entanto, o prefeito afastado e seus partidários acostumados a ilegalidade e a contravenção, não querem paz e a tranquilidade das famílias. E mentem, dizendo que Santarém foi ocupada por tropas, como se a polícia do Estado pudesse ocupar uma cidade de seu próprio Estado, como se fosse uma tropa estrangeira. A polícia só está aqui para evitar os sofrimentos, as lágrimas, o luto, o sangue que eles queriam derramar, unicamente para continuarem nos seus crimes (O JORNAL DE SANTARÉM, 1967. Nº 1319, p. 04).

Pelo fato de o mesmo ter em seu pronunciamento frente a defesa da presença policial no município, tem-se a seguinte hipótese citada anteriormente. Visto que, a polícia, como órgão representativo do estado, sob os direcionamentos de proteção à prefeitura municipal, como aponta o mesmo, não está na cidade de maneira a intimidar os moradores, senão, garantir a sua segurança.

Elias Pinto e Joaquim de Oliveira Martins tendo ficado oito meses e vinte e oito dias²⁵ à frente da prefeitura municipal, foram imputados como cometedores de crime de responsabilidade, como já bem citado a partir da fala de Manoel Jeronimo Diniz. Como maneira sempre de chamar atenção do leitor, mas também despertar e suscitar curiosidade a partir das informações que circulam através do informativo *O Jornal de Santarém*, traz sempre notícias com títulos discretos e ao mesmo tempo curiosos.

Na edição de 06 de janeiro de 1968, com um dos títulos de “A grande verdade” o jornal explicita de maneira breve os motivos da perda do mandato do prefeito afastado e cassado, e ao lado desta parte informativa do jornal, o mesmo traz outras informações com o título do nome do novo prefeito e suas benfeitorias a cidade, como o recebimento de “reivindicações do sindicato e soluções de problemas”.

Nesta mesma edição, e a partir da fala da redação do jornal, tais soluções de problemas que outrora haviam sido deixados pela gestão deposta, com pouco tempo com Manoel Jeronimo Diniz à frente da gestão municipal, as problemáticas todas estariam sendo resolvidas, e a sua aproximação com o povo é de grande relevância na ocupação das páginas do mesmo.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da câmara municipal, ainda neste, sob as assinaturas de Antonio Santos Pereira (presidente), Raimundo Nonato da Costa (relator) e João Marques Menezes (membro), faz publicar um edital de citação com data de 26 de dezembro de 1967, para que os prefeitos cassados se defendam das irregularidades que impetraram a suspensão da sua gestão. Além disso, no mesmo jornal há uma nova resolução da câmara municipal que prorroga por mais 30 dias o afastamento da chapa eleita, a partir de 28 de dezembro de 1967.

De acordo com Barbosa (2019 apud Pinto, 2010), Elias Pinto tinha dificuldades em se comunicar com o povo santareno devido os meios de comunicação (rádio e jornal) estarem cooptados severamente pela ARENA, dificultou ainda mais que o prefeito deposto se comunicasse. Tanto é que também o mesmo jornal faz jus à democracia, como já trabalhado anteriormente, de acordo com Batistella (2021), a democracia esfacelada neste momento como uma reprodução falsa e enganosa à população do país inteiro, e em Santarém não foi diferente.

Outrossim, de acordo com os autores citados anteriormente, tendo em vista tal problemática, o ex-prefeito acabou indo em direção ao que era considerado subversivo e ilegal:

²⁵ O Jornal de Santarém, 06 de janeiro de 1968. N° 1323, Ano: XXVIII.

a imprensa clandestina. Com isto, Elias Pinto cria o jornal *O Perereca*, com o intuito de se defender das acusações direcionadas a ele.²⁶

Portanto, nas edições analisadas neste trabalho não se vê qualquer propaganda política no jornal da chapa Elias Pinto/Joaquim Martins, nem mesmo o seu posicionamento nas páginas do mesmo e muito menos na rádio da cidade, tal fato constatado a partir desta análise. Tal problemática se dá muito devido a grande preferência, como já mencionado, a ARENA em localidades menores, principalmente em cidades pequenas, como também citadas, as cidades de Itaituba e Aveiro, onde o partido da situação havia também vencido no pleito de 1966.

Ao dia 03 de fevereiro de 1968, o mesmo informativo traz em destaque: “Ainda o Problema da cassação de Elias Pinto e Joaquim Martins”. Tal informação com o sentido de corroborar com a “legalidade constitucional” da cassação de Elias Pinto, nesta edição do jornal o título “Ainda o Problema”, da conotação de que tal sentimento falacioso das consequências da gestão do prefeito deposto, estivessem ainda de maneira estupefata na sociedade santarena e que a nova gestão estava ali para dar soluções - com a punição “legal” aos acontecimentos.

Assim, a banalização da cassação do mesmo está escancarada nas páginas do informativo, como pontua o noticiário:

[...] Foi ainda o senhor Elias Pinto quem, criminosamente, desviou as verbas, produto dos impostos pagos pelo povo, para gastá-las em bacanais e nas noites de orgia na capital do Estado e no sul do país, bem como para distribuí-la entre os amigos mais próximos e que o ajudavam na delapidação do patrimônio municipal. (O JORNAL DE SANTARÉM, 1968. N° 1327, p. 01).

Portanto, de maneira a desqualificar a gestão já deposta e a fim de que os mesmos não retornem à prefeitura de Santarém, este jornal a cada edição, como bem já pôde ser visto nas análises feitas aqui, escancarava as maneiras e ações de Elias Pinto.

Como continuidade deste trabalho, a fim de fazer alguns contrastes em relação às fontes trabalhadas, o próximo item a seguir será a abordagem da cassação da chapa eleita Elias Pinto/Joaquim Martins na perspectiva do inquérito policial militar. No mesmo, há alguns contrastes em relação aos que já se abordou até aqui.

²⁶ Ibidem, p. 25

3.2 A CASSAÇÃO DE ELIAS PINTO NA PERSPECTIVA DO INQUÉRITO POLICIAL.

Nesta sessão, trabalhar-se-á com o inquérito policial tendo em vista ainda os objetivos traçados para o tópico anterior: a análise do discurso político e a cassação de Elias Ribeiro Pinto. Contudo, para este tópico, este discurso será analisado na perspectiva de políticos envolvidos no conflito do dia 20 de setembro de 1968, na tentativa de nova posse da gestão cassada.

Para tanto, pelo tamanho que é esta fonte, foi feito um recorte na mesma. Será trabalhado a seção “*Termo de declarações (POLÍTICOS)*”; na mesma, os políticos envolvidos são: Elias Ribeiro Pinto, Joaquim de Oliveira Martins, João Marques Menezes (vereador), Ronan Manoel Liberal Lima (vereador), Elinaldo Benedito Barbosa dos Santos (vereador-prefeito), Clementino Santana Lima (vereador), Haroldo Coimbra Veloso (deputado federal) e Santino Sirotheau Corrêa (deputado estadual).

O inquérito policial militar nº 35/68, inaugurado a 22 de setembro de 1968 pela delegacia de polícia federal de Santarém, teve como pressuposto a ação do dia 20 de setembro do mesmo ano. Para tal data, a fim da reintegração da posse do prefeito Elias Pinto e do seu vice, Joaquim de Oliveira Martins, com a sua cassação anunciada no jornal desde o dia 02 de dezembro de 1967, o prefeito cassado estava fora da prefeitura desde esta data. Para tanto, o incidente que discorre o inquérito, deu-se às proximidades da prefeitura, na praça Barão de Santarém.

Como pressuposto de tudo que já foi abordado a partir do *Jornal de Santarém*, em se tratando do político Elias Pinto e do seu vice Joaquim de Oliveira Martins, observou-se um discurso político midiático, informativo e contundente, partidariamente. Também foi analisado, na perspectiva das siglas partidárias, ARENA e MDB, como o jornal se posicionava frente às mesmas, principalmente o seu alinhamento a uma delas.

Logo, a partir da análise parcial deste IPM em questão, tais pressupostos também foram observados, levando em consideração a problemática até mesmo dos seus discursos proferidos a partir da instauração e apuração dos fatos ocorridos em setembro de 1968.

De acordo com o inquérito, no campo político dos acontecimentos, deram-se os sentimentos populares e políticos dos que queriam a volta do prefeito cassado:

No Campo POLÍTICO, notórias manifestações de inconformismo, imposições de adeptos partidária ou não do Senhor ELIAS RIBEIRO PINTO, cujo objetivo deste era assumir o cargo de Prefeito de Santarém e vice prefeito o Senhor JOAQUIM DE OLIVEIRA MARTINS, amparados no MANDADO DE SEGURANÇA, concedido pelo Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Capital, Doutor MANOEL CRISTO ALVES FILHO (BRASIL, 1968, p. 11).

De antemão, há de se pensar o motivo pelo qual os gestores cassados não puderam voltar aos seus respectivos postos, sendo que os mesmos tinham o aparato legal para tal ação. Assim, com o mandado de reintegração assinado pelo juiz citado, no dia 18 de setembro do mesmo ano, às 14 horas, Elias Pinto foi à prefeitura a fim de mostrar a declaração devidamente assinada, como prova constitucional e legal para a sua posse/reintegração ao cargo de prefeito e respectivamente o seu vice.

Desta feita, com o mandado judicial em mãos dos deputados Santino Sirotheau Corrêa e os vereadores Clementino Santana Lima e Ronan Liberal, o vereador e terceiro secretário, João Marques Menezes havia, a partir dali, a expedir ofício do referido caso de reintegração ao vereador-prefeito, Elinaldo Barbosa, para que a posse acontecesse no mesmo dia às 18 horas. Contudo, foi pedido pelo então prefeito que tal ato passasse a ser vinte e quatro horas depois, em virtude que o mesmo estava recebendo o governador do estado no aeroporto-IPM.

Logo, conforme o conteúdo do IPM, o mesmo prefeito interino mandou aviso que Elias Pinto o espera-se na casa de Joaquim Martins, vice-prefeito. Assim, pensasse qual seria a intenção desta conversa com o então prefeito Elinaldo Barbosa. Acordos? Coação? Desistência da sua reintegração de posse ao seu cargo de fato e de direito? Fiquemos com tais indagações que por ora este trabalho não se deterá por falta de tempo hábil de análise documental.

Para tanto, ainda no discurso do senhor Elias Pinto, o mesmo cita em sua fala ‘que nos discursos proferidos nas emissoras de rádio, não teve a intenção de agitar a cidade’. Este discurso dito pelo citado acima, não foi analisado nesta pesquisa por conta que tais discursos não foram redigidos nas páginas do *Jornal de Santarém*, como o do prefeito Manoel Jerônimo Diniz, proferido no dia 04 de dezembro de 1967 pela Rádio Educadora de Santarém, criticando o gestor cassado e suas atitudes.

Como continuidade da fala de Elias Ribeiro, esta fonte em análise contém inúmeras rasuras que são impossíveis de ler. Contudo, o declarante, senhor Elias Pinto, acompanhado de homens, mulheres e crianças, caminharam em direção a sede da prefeitura de Santarém a fim de fazer com que a determinação legal fosse cumprida.

A partir desse ajuntamento de pessoas, o estopim para tais ações que viriam marcar a história da cidade, decerto, foi interpretado como perturbação pública, agitação - como o mesmo foi considerado agitador. Logo, ao se aproximarem do prédio, primeiramente foram efetuados disparos pela polícia militar do estado para o alto. Em seguida, foram feitos disparos em direção ao público, sob as ordens do tenente Lauro Viana. Tal ação, feriu e matou pessoas. Um dos feridos foi o brigadeiro Haroldo Veloso, como já citado, um dos apoiadores fortes de Elias Pinto, embora fosse da ARENA.

Com este último baleado e caído ao chão, os militares impediram que o mesmo, nas palavras de Elias Pinto, fosse socorrido pela população em volta. Desta feita, também foi alvejado o advogado Hamilton Bentes, um dos que estava também no ato.

Na fala inicial de Joaquim Oliveira Martins, segundo o IPM, o mesmo cita os motivos pelos quais fora cassado, ele e o gestor. No entanto, segundo o IPM: “de vês que não compartilhava das medidas e providências [palavra rasurada] pelo prefeito Elias Pinto, em questões administrativas” (Brasil, 1968, p. 14 - 15). Tal afirmativa deve ser levada em conta de muitas análises, sabendo que este inquérito foi redigido pela delegacia de polícia na cidade de Belém, conforme a assinatura final do IPM. Tendo também ciência de que a polícia, ou melhor, os órgãos públicos em sua maioria estavam cooptados pela Ditadura Civil-Militar no Brasil.

[...] Que a seguir o Presidente eventual da Câmara de Vereadores JOÃO MARQUES MENEZES, convocou dentre os Vereadores presentes para fazer parte da composição da Mesa os Vereadores CESAR SARMENTO para Primeiro Secretário. Vereador RONAN LIBERAL para e Segundo; QUE, composta a Mesa, o Presidente determinou a chamada dos Vereadores presentes, deu por aberta a sessão; QUE, em ato contínuo o Deputado Estadual SANTINO SIROTHEAU CORREA de posse do Mandato Judicial acima referido, fez entrega do mesmo ao Presidente da Mesa; Que, em consequência de ter sido reintegrado ao cargo de Vice-Prefeito, por solicitação, assumiu a Presidência da Câmara dos Vereadores, Providenciou um ofício ao Prefeito em Exercício, ELINALDO BARBOSA DOS SANTOS, comunicando-lhe a decisão da Câmara, tendo este marcado dia e hora para entrega do cargo, assistido pelo mencionado Deputado Estadual SIROTHEAU e três Vereadores, cujos nomes não mencionou [...] (BRASIL, 1968, p. 15)

Assim, nas palavras do vice-prefeito deposto, infere-se que os mesmos iriam ser empossados novamente, contudo, a máquina pública sob a pressão em sua maioria da ARENA, cede a isto, a concentração da administração pública nos partidários desta sigla. Ainda assim, o mesmo cita que em momento algum viu qualquer pessoa que estivesse no ato portando armas

ou objetos do tipo, que pudessem ameaçar a segurança de parlamentares ou das próprias pessoas em volta-IPM.

João Marques Menezes em sua fala afirma que estando em Santarém a estes dias o governador do Estado, e tendo recebido dos senhores Francisco Coimbra e de Otávio Marques um recado verbal do governador que o encontrasse na casa de Solange Campos. Relata tal vereador que, quando se encontrou com Alacid Nunes, o mesmo falou a ele que tornasse inválido o que ele havia recebido, que na ocasião, como parlamentar e integrante da mesa, fizesse sem efeito a reintegração do ex-prefeito. No entanto, o mesmo disse que não poderia, tendo em vista que já havia acatado e outros parlamentares também.

Outrossim, não há dúvidas sobre a interferência direta de Alacid Nunes na câmara municipal de Santarém, tanto a partir de sua influência como político, quanto no seu próprio autoritarismo em contraste à “legalidade” que o proceder da cassação deveria ter. Logo, há pretensiosamente de se pensar a “legalidade da cassação” de Elias Pinto Ribeiro e Joaquim de Oliveira Martins, tendo em vista o próprio governador do estado com posicionamentos arbitrários, como o citado anteriormente pelo próprio vereador.

Na fala de Ronan Manuel Liberal Lira, o mesmo diz que a prefeitura no dia em que a reintegração de posse fora marcada às 17 horas, o prédio se encontrava fechado e que as chaves estavam com um funcionário público municipal; que o prefeito em exercício, Elinaldo Barbosa, ausente também, estava no aeroporto esperando o governador do Estado Alacid Nunes. Assim, a transferência de cargo passaria a ser no dia seguinte, às sete horas haveria a posse. De acordo com a fala do vereador Ronan Liberal, destaca-se (Brasil, 1968, p, 18):

[...] QUE, a seguir, o senhor Elinaldo combinou com o declarante que às sete horas transmitiria o cargo; QUE, no dia seguinte, antes da hora fixada o declarante em companhia de Vereador CLEMENTINO SANTANA LIMA, foram pessoalmente a presença de Senhor ELINALDO este disse que não transmitiria o cargo de Prefeito ao senhor ELIAS. QUE, as chaves da Prefeitura foram mudadas por determinação de ELINALDO. QUE, no dia vinte de setembro do corrente ano, o declarante tomou conhecimento de que o Senhor ELIAS RIBEIRO PINTO iria assumir a Prefeitura em companhia de Deputado HAROLDO VELOSO, Vereadores e populares; por volta das quinze horas de momo dia, em companhia do Vereador JOÃO MARQUES MENEZES foi a Prefeitura, solicitar ao Senhor ELINALDO, que entregasse a Prefeitura pacificamente, tendo o mesmo declarado que não entregaria, naquela hora com Mandato ou sem Mandato; QUE retiraram - se comunicando o ocorrido ao Brigadeiro HAROLDO VELOSO e ao Senhor ELIAS PINTO. QUE, às dezessete horas rumaram para a Prefeitura, o Brigadeiro HAROLDO VELOSO, ELIAS RIBEIRO PINTO, Doutor

HAMILTON BENTES, RUI SOARES, um conhecido por "Brechó", bem como muitas pessoas, mulheres, escolares, crianças [...]

Portanto, nesta fala, assim como nas demais, principalmente daqueles pertencentes à ARENA, há informações muito necessárias que tipificam o autoritarismo impetrado em escala nacional, estadual e municipal. Isto também corrobora com a própria política divulgada no *Jornal de Santarém*, contudo as inquirições pela polícia no IPM, destaca principalmente àqueles ligados à sigla mencionada anteriormente. Fazendo que “a política de cartas marcadas” em Santarém tivesse grandes abrangências, como se vê nos depoimentos dos citados.

Tipicamente aos modelos políticos autoritários, em Santarém não foi diferente, o boicote à reintegração de posse de Elias Pinto, que na fala do vereador acima citada, o ex-prefeito não tomaria posse por inúmeros fatores, e que o mesmo não quisera isto, embora a câmara houvesse acatado a determinação judicial vinda da capital do Estado. As medidas adotadas então por Elinaldo Barbosa foram, sobremaneira, decisivas para que não ocorresse, até mesmo o acesso ao prédio.

Assim, a partir das falas [palavra rasurada na fonte] - nesta seção do IPM, não se sabe ao certo quem é o declarante, se é Clementino Santana ou Elinaldo Barbosa, o declarante cita que: “QUE, o declarante ao chegar à Prefeitura para fazer entrega da mesma, foi surpreendido ao saber que a Prefeitura tinha sido ocupada pelo Senhor ELIAS RIBEIRO PINTO, o qual se apossara das chaves da mesma, inclusive de um veículo” (Brasil, 1968, p. 19).

A partir do relato do parlamentar comentando sobre a fala de Elinaldo Barbosa ou Clementino Santana, temos a conclusão com as demais falas anteriores, que a reintegração de posse não se deu por conta de que há muito tempo, desde o seu afastamento - e o *Jornal de Santarém* mostra-nos isso indistintamente -, Elias Pinto era alvo da oposição de maneira sobrepujante.

Portanto, na fala citada anteriormente, o declarante, no caso em que João Marques Menezes recebera das mãos do político Santino Sirotheau Corrêa e do vereador Clementino Santana Lima o documento assinado pelo juiz da capital, dando direitos à reintegração de posse de Elias Pinto e do seu vice, na fala mencionada, o mesmo relata que tal documento se torna sem efeito, visto que o vereador João Marques Menezes não tinha poderes para tal ato, embora tivesse como presidente da mesa.

Intriga-nos pelo fato de que o documento assinado pelo juiz da capital, assegurando os direitos do gestor deposto foi aceito. Contudo, pelos próprios direcionamentos do então governador e do prefeito interino, o mesmo não seria empossado novamente.

Santino Sirotheau Corrêa, deputado estadual pelo MDB e presidente do mesmo partido em Santarém, comenta que (Brasil, 1968, p. 20):

QUE, na qualidade de Presidente do Partido, diante da resolução Oficial, Judicial, permaneceu em Santarém, a fim de assistir as solenidade, de reintegração, acompanhou o Senhor Elias Ribeiro Pinto e Joaquim Martins à Câmara municipal, sendo o declarante que fez a entrega do Mandado Judicial ao presidente da Câmara Municipal que se encontrava no momento presidindo à sessão, vereador João Marques Menezes, cuja mesa era ainda comporta do Ronan Liberal e Cesar Sarmiento, O Deputado Santino, em sua longa declaração expõe o que se passou na sessão da referida câmara, a respeito da solenidade, providências de ofício expedido para o Prefeito em exercício Elinaldo, sendo entregue na residência deste pelo declarante acompanhado dos Vereadores Clementino de Santana Lima e Ronan Liberal; [...]

Tal documento, validado para a constitucionalidade da nova posse, é reiteradamente presente nas falas dos declarantes que são inquiridos neste documento. Assim, o deputado afirma que estava na prefeitura com Elias Pinto, sem citar o dia - mas pelo que indica a fonte, parece ser dias antes do dia 20 de setembro - aguardando o prefeito interino Elinaldo Barbosa, que com a espera de muitas horas, e sem o mesmo chegar, as chaves ficaram com o senhor Elias Pinto. Ainda nesta fala, o declarante cita uma terceira pessoa baleada no dia 20, com o nome de Rui Soares Pinto, um popular “Cujubinha” e outro conhecido como “Banana”, de nome Alirio Pereira Castro.

Para tais declarações que constam no IPM, percebe-se a reverberação e a contradição em algumas falas, até mesmo dos políticos que tiveram um papel crucial neste processo, quer bem ou não, da política santarena.

O “caso mocoongo”, como assim denomina Emir Bemerguy, nas páginas do *Jornal de Santarém*, ao dia 25 de novembro de 1967, sobre a cassação da chapa Elias Pinto/Joaquim Martins, o mesmo deixa claro as opiniões das pessoas: daqueles que eram a favor da permanência do mesmo, quanto daqueles que não eram a favor. Assim, também é percebido nas falas dos depoentes no IPM, tanto dos políticos do MDB, quanto dos da ARENA. Ainda mais para esta última sigla partidária que os mesmos se posicionaram fortemente contra a posse, tanto é, que assim fizeram.

Na fala do último depoente, na parte que coube a análise desta pesquisa, o brigadeiro e deputado federal Haroldo Coimbra Veloso, menciona que desde o afastamento do então prefeito eleito em 1966, a partir das diligências tomadas pela câmara municipal para o afastamento do mesmo, foi pedido pelo governador do estado que comparecesse a Santarém para apaziguar os ânimos políticos, principalmente dos que moravam nos interiores da cidade, nas colônias. Assim, o então deputado acatou o pedido e assim o jornal também menciona a sua estada na cidade.

Ainda na fala do mesmo, cita que no decorrer da permanência e ocupação da polícia militar no resguardo da prefeitura, o mesmo, ao procurar o tenente Lauro Viana que ora fora empossado delegado da cidade, o mesmo delegado o informou que a ordenação do governador do Estado fora que não houvesse transmissão de cargo algum, e que ele assim o faria a qualquer custo.

Assim, continua na sua fala: “[...] Que, procurou fazer vêr ao tenente Lauro Viana, que a sua irredutibilidade, poderia ocorrer uma chacina, e que desejava saber se ele recebera ordens de atirar na população, teria também que atirar em sua pessoa, pois estaria ao lado do povo [...]” (Brasil, 1968, p. 23). Claramente o deputado estaria indo de encontro com o governador do Estado a partir do que dissera ao delegado, visto que o mesmo era considerado opositor de Alacid Nunes, conforme pontua Camargo (1994) e Colares (1998).

De acordo com Colares (1998), cerca de duas mil pessoas estavam presentes no ato que culminou com o ferimento do deputado Haroldo Veloso na coxa direita, e outras pessoas atingidas também.

Ainda na fala do mesmo, ao ser atingido, ouviu que a ordem que tinham tido os policiais era de atirar para matar; cita em sua fala que: “[...] QUE, quando ao ser socorrido, e já se achava com a metade do corpo no interior do “jeep”, os soldados carregaram de baioneta calada, que no interior foi atingido por um golpe de baioneta, na face posterior da coxa, já alvejada [...]” (Brasil, 1968, p. 24).

A crueldade e brutalidade que estes agentes públicos estavam sob as ordens do governador do Estado mostrou-se no momento citado acima, e mais do que importante, tais acontecimentos em setembro de 1968, foram decisivos para a instauração e interiorização ferrenha da política de exceção vigente no país e na cidade.

Assim, para as declarações que foram abordadas no IPM, esta fala do deputado Haroldo Veloso é a última que se detém este trabalho. Evidenciando pontos importantíssimos para observar-se a política santarena e os seus acordos e desavenças.

Logo, a Ditadura Civil-Militar presente em Santarém teve seus desdobramentos segundo as ordens do governador e a indolência partidária no município, ocasionando assim, uma série de problemas que a cidade viria a enfrentar, como a própria intervenção federal no município, onde o mesmo teria apenas prefeitos indicados e não eleitos. Assim, a cidade estaria incluída em área de segurança nacional, como já mencionado no início deste trabalho na ata de reunião do Conselho Federal de Segurança Nacional.

Para tanto, em 1969 outra tragédia acometeu a cidade de Santarém, já tão vilipendiada pelas exceções políticas e acirramento nos mais diversos meios onde tal assunto era abordado. No dia 15 de fevereiro, o prefeito Elinaldo Barbosa seria assassinado pelo senhor Severino Frazão, que foi morto também pela polícia militar logo depois (Bemerguy, 2023).

Assim, seria nomeado para ser interventor na cidade o então capitão Elmano de Moura Melo – assim, acontecimentos anteriores ocasionaram tal medida pelo governo federal. Assim, no dia 03 de março de 1969, sobre as decisões políticas do governo federal e do AI-05, Santarém entrava para a lista das cidades que haviam acontecido intervenção, onde não escolheria seus representantes para prefeito. Isto aconteceu somente em 1985, com o fim do bipartidarismo (Bemerguy, 2023)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como direcionamento, analisar a política bipartidária em Santarém, no contexto da Ditadura Civil-Militar, bem como os seus aspectos que fizeram dessa política, determinantes nas instâncias legais dos poderes dessa cidade.

Como consequência disso, buscou-se problematizar o objeto desta pesquisa em curso: a cassação do prefeito Elias Ribeiro Pinto e do vice-prefeito Joaquim de Oliveira Martins. A partir deste objeto traçado para este trabalho, a reverberação desta cassação foi analisada a partir do *Jornal de Santarém* e do Inquérito Policial Militar (IPM), tendo como pressuposto o ocorrido no dia 20 de setembro de 1968.

Logo, este trabalho mostra como o *Jornal de Santarém* estava estreitamente alinhado aos interesses das elites locais, e com a perpetuação do governo de exceção na cidade, dando palco, principalmente a ARENA, partido dos militares e do governo autoritário.

Também, observou-se que o MDB, partido oposicionista, teve poucas oportunidades até mesmo na divulgação e propaganda dos candidatos no pleito de 1966, descaracterizando, a partir das análises feitas, o “ar” de sentido democrático que simuladamente vinha tentando ser imposto. Contudo, suas atitudes - da política de exceção da cidade - não demonstra tal característica democrática.

Já na perspectiva do IPM, pode-se analisar o modelo performático que o *Jornal de Santarém* tentava reproduzir, como: agitadores, subversivos, vorazes e entre outras características de cunho pejorativo à oposição. No depoimento dos mesmos, impetrado pelo inquérito, tais constatações que entram em contraste com o que o jornal costumeiramente noticiava, até mesmo dos deputados envolvidos.

Assim, percebe-se o contraste nas análises feitas nas diferentes fontes analisadas, até mesmo no modo como a política santarena reverbera no cenário nacional - isso pode ser constatado a partir da ata de reunião do Conselho Federal de Segurança Nacional. O modo como, principalmente o prefeito Elias Pinto era considerado enquanto “agitador”.

Portanto, este trabalho procurou abordar de maneira problematizadora, dentro do contexto já citado, a maneira de como o “jogo político”, a partir de 1964 ganhava espaço e ia beneficiando a situação autoritária que se encontrava o país, a fim de perpetuar o governo de exceção.

REFERÊNCIAS

A CONVENÇÃO DA ARENA EM SANTARÉM. **O Jornal de Santarém**, 08 de outubro de 1966. N°1260, Ano: XXVI.

A GRANDE VERDADE. **O Jornal de Santarém**, 06 de janeiro de 1968. N° 1323, Ano: XXVIII.

AS ELEIÇÕES DE 15 DE NOVEMBRO. **O Jornal de Santarém**, 03 de dezembro de 1966. N°1267, Ano: XXVI.

ATAS DE REUNIÕES. **Atas da 49° Reunião do Conselho de Segurança Nacional**. 1969. em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_N8/0/ATA/0005/0006_p_310_383/BR_DFANBSB_N8_0_ATA_0005_0006_p_310_383_d0001de0001.pdf. Acesso em: 12 de setem. De 2024. p. 100 - 101

BARBOSA, Eloisa Brito. **O Jornal de Santarém e a cassação do prefeito Elias Ribeiro Pinto (1967-1968)**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História e Geografia) Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém- Pa. 2019.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

BATISTELLA, Alessandro. A ditadura militar e o bipartidarismo: casuísmos e um simulacro de democracia. **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO** (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 39, Jul-Dez, 2021.

BATISTELLA, Alessandro. O processo de formação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1966). **SÆCULUM Revista de História** [v. 25, n. 42]. João Pessoa, p. 191-206,

BEMERGUY, Lila. A guerra de mentira: reflexões sobre o poder das armas e das palavras numa cidade amazônica. **Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v.10, p. 217 - 234, 2023.

BOLSONARISTAS se reuniram em atos antidemocráticos em 24 estados e no DF. **G1, Eleições**, 02 mai. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/11/02/atos-bolsonaristas-quarteis-brasil.ghtml>. Acesso em 04 jul. 2025.

BRASIL. **Ato Institucional n° 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 08 de jul. 2025.

BRASIL. **Decreto n° 64.148, de 3 de Março de 1969**. Decreta a intervenção federal no Município de Santarém, Estado do Pará, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64148-3-marco-1969-405467-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 de jul. 2025.

BRASIL. **Inquérito n° 35 de 22 de setembro de 1968**. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/KKK/83_003608/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_83003608_d0001de0001.pdf. Acesso em: 08 de jul. 2025.

- BRINGHENTI, Taiane Fabiele da Silva. O perfil do político profissional durante a ditadura (1967-1982): análise do background social e carreira dos deputados federais da Arena e do MDB. **Conversas & Controvérsias**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 1- 12, jan.-dez. 2022 e-ISSN: 2178-5694.
- CAMARGO, Nazaré de Sousa. **Elias Pinto: da Ação à Reação**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História), Universidade Federal do Pará, Santarém - Pa. 1994.
- CHIRIO, Maud. A “A primeira linha dura” do regime militar: trajetórias de oficiais do Exército nos anos de 60 e 70. **Militares e Política**, n.º 6 (jan.-jun. 2010), pp. 34 - 49.
- COLARES, Anselmo. **Sociedade e Educação em Santarém/PA: Um estudo do período em que o município foi área de segurança nacional**. Dissertação (Mestrado em Educação), Unicamp, Campinas, 1998. jan./jun. 2020, ISSN 2317-6725. em: 12 de setem. de 2024.
- COMENTÁRIOS. **O Jornal de Santarém**, 05 de novembro de 1966. N°1264, Ano: XXVI.
- EU SOU A IMACULADA CONCEIÇÃO. **O Jornal de Santarém**, 02 de dezembro de 1967. N° 1318, Ano: XXVII.
- FONSECA. André Dioneu. A “**Revolução Moralizadora**”: **O golpe civil militar de 1964 no Jornal de Santarém**. In. ARENZ, Karl Heinz. JUNIOR, Luiz Carlos Laurindo. GOIS, Diego Marinho de. (Orgs.). Baixo Amazonas: História entre rios, várzea e terra firme. p.355 – 386, 2023.
- INAUGURAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. **O Jornal de Santarém**, 09 de julho de 1966. N° 1247, Ano: XXVI.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados Presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar**. 1º edição. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.
- MOURÃO diz que pedidos de volta da Ditadura em atos pró-governo são 'liberdade de expressão'. **G1, Política**, 02 mai. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/05/02/mourao-diz-que-pedidos-de-volta-da-ditadura-em-atos-pro-governo-sao-liberdade-de-expressao.ghtml>. Acesso em: 04 jul. 2025.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. Editora Contexto, 2015.
- NASCIMENTO, Paulo Henrique Rios. Sistema político na ditadura (1964-1985): as alterações e influências na redemocratização do Brasil. **Revista Alteridade - Montes Claros/MG**, v. 2, n. 1, p. 74 - 85, maio/2016.
- NOVELA SANTARENA. **O Jornal de Santarém**, 25 de novembro de 1967. N° 1317, Ano: XXVII.
- PETIT, Pere. O Golpe Militar - Civil e o partido dos militares (Arena) no estado do Pará. **Historiæ**, Rio Grande, 2014, 179-226.
- PICANÇO, Rosiangela Campos. "**Sindicato dirigido e organizado por verdadeiros camponeses**": o programa político do grupo de oposição lavradores unidos no impresso

Lamparina (1979 - 1980) (Santarém - PA). Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História), Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém - Pa. 2023.

ROCHA, Flávia Ferreira da Silva. **A imprensa e a construção do discurso da Ditadura Civil Militar brasileira de 1964: Um estudo sistêmico-funcional**, 2018. Tese (doutorado) - Curso de doutorado em letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2018.

SANTOS, Paloma de Oliveira dos. **O papel da imprensa na crise do segundo governo Vargas: Discussão sobre o posicionamento da mídia frente ao plano do desenvolvimento econômico nacionalista e ao contexto internacional.** Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2018.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 29.

SOARES, Alessandro O. TAUIL, Rafael M. COLOMBO, Luciléia. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. **Sinais**, n° 19, p., 7-29, Jan-Jun 2016, Vitória - BR.

TORRES, Mateus Gamba. O Ato Institucional n° 2: lutas judiciais, imprensa e divergências na ditadura civil-militar (1964-1965). **História, Debates e Tendências.** Passo Fundo, v. 19, n° 3, p. 457 - 476, 2019.